

DIVERSIDADES

à CONQUISTA da IGUALDADE de OPORTUNIDADES

Região Autónoma da Madeira • Secretária Regional de Educação e Cultura • Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação
Direcção de Serviços de Formação e Adaptações Tecnológicas



- 3 Editorial
- 4 **A Sala TEACCH do Colégio Esperança**
“Uma solução encontrada...”
- 5 **A Metodologia TEACCH adaptada às Salas do Ensino Regular**
A experiência do CAP Machico
- 7 **Promoção de uma Escola verdadeiramente Inclusiva**
- 10 **A Escola como pilar da Igualdade de Oportunidades**
- 14 **A UMa face ao desafio da Inclusão...**
- 16 **“Os meus olhos vêm para além de mim...”** (*Testemunho*)
- 18 **“A diferença nasce com todos nós... a partir daí tudo se torna possível”** (*Testemunho*)
- 20 **Desenvolvimento Pessoal e Orientação Vocacional**
- 23 **Avaliação antropométrica de colaboradores**
- 25 Legislação
- 26 Livros Recomendados
- 27 TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
- 28 Formação
- 28 Notícias

DIRECTORA – Cecília Berta Fernandes Pereira

REDACÇÃO – Serviços da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação

REVISÃO – Direcção de Serviços de Formação e Adaptações Tecnológicas

MORADA – Rua D. João nº 57

9054-510 Funchal

Telefone: 291 705 860

Fax: 291 705870

EMAIL – revistadiversidades@madeira-edu.pt

GRAFISMO E PAGINAÇÃO – Direcção de Serviços de Formação e Adaptações Tecnológicas

ISSN – 1646-1819

IMPRESSÃO – O Liberal

FOTOS – Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação



Cecília Pereira

Directora Regional de Educação
Especial e Reabilitação

A Igualdade de Oportunidades na Diferença poder-se-á definir como o acesso a todos os contextos oferecidos pela Sociedade aos Cidadãos, na óptica dos Direitos Humanos.

A Acessibilidade, assume-se como factor de suma importância, sendo algo a que temos que estar atentos... é pois uma Meta, em permanente procura.

Neste n.º 16 da Revista *Diversidades*, apresentamos diferentes cenários, que testemunham caminhos já percorridos, que substanciam Diferentes Oportunidades.

A procura de respostas adequadas a cada caso, a cada circunstância e em cada momento, tem sido uma constante no percurso evolutivo da Educação Especial na Região Autónoma da Madeira.

Porém, os desafios apresentam-se, já hoje, como necessidades de outras respostas, outras parcerias, outras iniciativas...

Compete à Sociedade em geral, e a cada um em particular, o assumir a sua quota parte de responsabilidade na transformação de desafios em acções concretas que desencadeiem Novas Oportunidades.

Na sequência do artigo sobre a primeira sala TEACCH no Funchal, a Revista *Diversidades* não poderia deixar de dar a conhecer aos leitores duas novas experiências que têm por base o Modelo TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped CHildren*).

A Sala TEACCH do Colégio Esperança

“Uma solução encontrada...”

O Serviço Técnico de Educação de Deficientes Intelectuais - Colégio Esperança (STEDI-CE) deu, desde sempre, uma resposta institucional às crianças e jovens com perturbações do espectro autista (PEA), integrando-os nos diferentes currículos/programas existentes. Sentindo que esta não era a melhor resposta, dada a resistência que estes alunos apresentavam aos métodos usuais de ensino, procurou continuamente outros modelos de intervenção mais adequados a esta população, cujas principais características envolvem um défice nas áreas de comunicação, interacção social, actividades e interesses, funcionamento cognitivo, processamento sensorial e alterações de comportamento.

Sabendo da existência do modelo TEACCH (específico no atendimento às pessoas com PEA) e após uma formação frequentada por um elemento do Colégio Esperança, foi sugerido à Direcção a vinda ao Funchal da equipa do Autismo de Lisboa, com o intuito de formar os restantes elementos do grupo e implementar o referido modelo na nossa escola.

No entanto, essa possibilidade só se tornou exequível dois anos depois, quando alguns elementos,

empolgados pela oportunidade, decidiram aproveitar a formação promovida pela DREER e dinamizada pela equipa do Autismo do Hospital Pediátrico de Coimbra, para se lançarem no desafio de criar na instituição, uma sala onde se pudessem reunir todos os alunos com esta problemática, na expectativa de encontrar a tão procurada resposta.

Numa primeira fase, foi necessário proceder-se a uma avaliação diagnóstica e criteriosa dos utentes, que foi prontamente realizada pelos elementos da referida equipa, Dra. Assunção Ataíde e Dra. Teresa São Miguel. Estes mesmos elementos orientaram e continuam a acompanhar esta experiência e a quem estamos muito agradecidos pela disponibilidade, amabilidade, interesse e profissionalismo com que sempre nos trataram.

Com entusiasmo, demos início a uma série de procedimentos necessários à implementação da nossa sala TEACCH: criou-se uma equipa de trabalho constituída por duas docentes especializadas, duas técnicas profissionais de educação especial, uma psicóloga, uma terapeuta da fala e coordenada pela directora técnica. Envolveram-se os pais e procedeu-se à remodelação de um espaço físico, com a adaptação de materiais e equipamentos, nascendo então, em Setembro de 2005, a Sala TEACCH do Colégio Esperança, com seis utentes.

Estes alunos, para além das actividades estruturadas dentro da sala, nas várias áreas previstas pelo modelo, realizam também outras de carácter curricular e extra-curricular (cozinha pedagógica, jardinagem/horta, actividades de vida diária, treino social e visitas de estudo), integrados noutros grupos da escola, de acordo com as suas capacidades, em ambientes diversificados e em contacto com diferentes adultos. Paralelamente, usufruem dos apoios técnicos existentes na instituição (psicologia, psicomotricidade, terapia da





fala e ocupacional), em função das suas necessidades.

Dois anos passados, podemos constatar que um pequeno espaço físico estruturado e previsível, com regras claras e simples, assente na informação visual e adequado às especificidades do desen-

volvimento destes seis utentes com PEA, lhes permitiu melhorar as suas áreas mais deficitárias. O modelo TEACCH deve acompanhar os indivíduos em todo o seu percurso de vida, uma vez que este assenta toda a sua dinâmica funcional na estruturação do ambien-

te, fornecendo-lhes padrões de referência, que por não estarem definidos na sua estrutura interna para funcionarem, é necessário que alguém os forneça. Este modelo veio estabelecer uma nova linguagem, comum a jovens e adultos, baseada num sistema simbólico misto, usado em horários, planos de trabalho e tabelas, facilitando o conhecimento e compreensão mútua, derrubando assim, muitas barreiras à comunicação. Possibilitou ainda, controlar muitos aspectos do comportamento, diminuir os sentimentos de frustração, melhorar a atenção e a autonomia e, consequentemente, potenciar a capacidade de aprendizagem e a disponibilidade para aceitar novas propostas, permitindo perspectivar o futuro destes jovens de uma forma mais positiva.

Rita Xavier - Educadora Especializada

Paula Cavaco - Terapeuta da Fala

Isabel Pinto - Psicóloga

A Metodologia TEACCH adaptada às Salas do Ensino Regular

A experiência do CAP Machico

“Um ser humano nasce com capacidade para comunicar sentimentos, interesses e intenções. É ao desenvolver estas capacidades inatas, através de interações com os outros, que um indivíduo se torna capaz de partilhar ideias e usar códigos”.

(Teresa Nunes Marques, 1997)

Na sequência da experiência levada a cabo na EB1/PE da Ajuda, no ano lectivo 2005/2006, foi também contemplada a hipótese de se criar uma sala TEACCH no Concelho de Machico, com o objectivo de responder às necessidades das crianças com perturbação do Espectro do Autismo residentes fora do Concelho do

Funchal.

Procedeu-se, por isso, a um levantamento, por parte das psicólogas, dos casos inscritos no Centro de Apoio Psicopedagógico de Machico (CAP Machico), que pudessem beneficiar desta metodologia. Contudo, não foi possível a criação desta sala no presente ano lectivo.

Na avaliação efectuada, a equipa deparou-se com um grupo de crianças integradas em diferentes estabelecimentos de ensino do Concelho, perante as quais o sistema de ensino regular não estava a conseguir dar resposta. Analisada e avaliada cada situação, individualmente, propôs-se para três crianças a implementação de um projecto de apoio psicopedagógico

sustentado no modelo TEACCH. Este modelo, criado para dar resposta a crianças com autismo, tem vindo a demonstrar ser uma resposta eficaz para outras problemáticas.

Neste grupo, uma das crianças está diagnóstica com autismo e as outras duas são crianças que, embora não preenchendo os critérios de diagnóstico de autismo, apresentam características desta perturbação, nomeadamente: alterações no contacto social; dificuldade na partilha e relacionamento interpessoal; dificuldade em compreender regras sociais; comportamentos estereotipados; necessidade de rotinas; e dificuldade em adaptar-se a situações novas, entre outras.

No decorrer deste projecto, verificámos que esta metodologia não foi a mais indicada para uma das crianças, tendo sido interrompida no final do primeiro período.

Actualmente, o projecto está a ser implementado na EB1/PE da Ribeira Seca e na Escola Básica do Porto da Cruz, sendo que ambas as crianças estão incluídas numa turma do 2.º ano de escolaridade, onde é desenvolvida a metodologia.

Nos dois casos foi necessário proceder a uma reorganização do espaço físico da sala, de modo a criar um “cantinho” para o espaço de “trabalhar” e do computador. A utilização destes espaços está previamente definida no horário individual da criança, pretendendo-se que esta realize as actividades previstas, o mais autonomamente possível. O momento do “aprender” é dinamizado pelos docentes especializados, Luís Cunha e Paula Filipa José, as restantes actividades são planeadas e implementadas em colaboração com



as docentes do ensino regular (professoras da turma e do apoio pedagógico acrescido).

Cada uma das crianças, de acordo com as suas potencialidades integra, parcial ou totalmente, as actividades da turma e algumas actividades extracurriculares (informática, expressão plástica, inglês, expressão musical e educação física).

Os resultados obtidos com este projecto têm-se revelado positivos, uma vez que esta metodologia, com a estruturação do espaço, dos materiais e das actividades, tem vindo a facilitar os processos de aprendizagem, assim como a fomentar a independência das crianças e a promover a sua auto-estima e bem estar sócio-emocional. Por outro lado, tem contribuído para minimizar os problemas comportamentais de uma das crianças, melhorando a sua adequação ao contexto escolar.

Reflectindo sobre a pertinência deste projecto, uma das docentes envolvidas referiu: “a presença da Maria¹ na turma é muito positiva, os colegas habituaram-se a conviver com a “diferença” e mantêm entre si profundos laços de amizade.”

Consideramos, por isso, que para estes dois casos, se deve continuar a promover a metodologia TEACCH, numa perspectiva de Inclusão.

¹ Nome fictício

Promoção de uma Escola verdadeiramente Inclusiva

A EB1/PE Ribeiro Domingos Dias, localizada na Freguesia de Santa Maria Maior - Funchal, funciona, desde 1995, em regime de escola a tempo inteiro (ETI). No presente ano lectivo possui duas turmas de ensino pré-escolar, num total de 50 alunos e 169 alunos divididos por 8 turmas do 1.º ciclo, duas de cada ano de escolaridade (1.º ano: 44 alunos / 2.º ano: 37 alunos / 3.º ano: 43 alunos / 4.º ano: 45 alunos). E, como tantas outras, integra 15 crianças com necessidades educativas especiais (NEE), tais como, dificuldades de aprendizagem, deficiência motora/paralisia cerebral e sobredotação, com idades compreendidas entre os seis e os onze anos, distribuídas por todos os níveis de escolaridade.

Relativamente à inclusão de três alunos com paralisia cerebral, o Director da Escola, Rui Vieira, refere que “inicialmente houve uma certa relutância por parte do Conselho Escolar, talvez por ser a primeira vez que tal acontecia e, também por não haver nada determinado no que diz respeito aos tipos de apoio que iriam beneficiar (...)”.

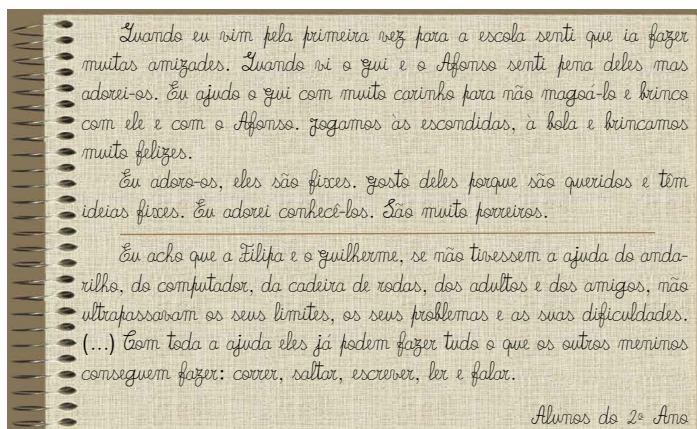
Neste sentido, foram realizadas diversas diligências junto da Direcção Regional de Educação e da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, na tentativa de conseguir os apoios pretendidos, nomeadamente: colocação na escola de dois docentes de educação especial a tempo inteiro; apoio por parte de um fisioterapeuta, um terapeuta ocupacional e um terapeuta da fala; formação específica aos docentes da componente curricular, de enriquecimento curricular, da educação especial e ao pessoal não docente por parte da Divisão de Adaptação às Novas Tecnologias

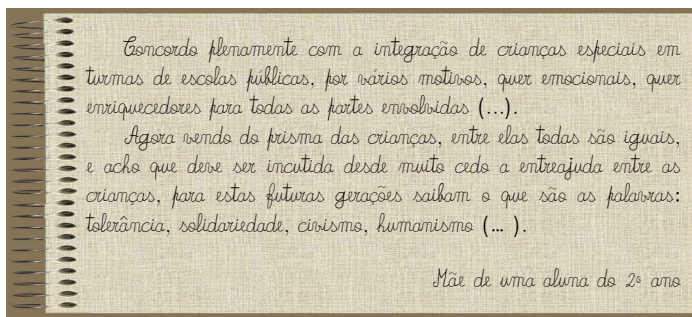


de Informação e Comunicação (DANTIC); colocação na escola de docentes para apoiarem os alunos durante as actividades de enriquecimento curricular.

O Director salienta também todo o empenho e contributo que a Secretaria Regional de Educação facultou à escola, satisfazendo quase na totalidade o apoio solicitado: “A escola tem promovido a existência de respostas pedagógicas adequadas às necessidades educativas específicas, criando condições para a integração sócio-educativa dos alunos com necessidades educativas especiais. Tem sabido diferenciar, adaptar e individualizar o currículo às necessidades e características destes alunos. Tem desenvolvido um trabalho de cooperação entre os diferentes intervenientes no processo educativo, ajudando também as famílias a desenvolver comportamentos e práticas conducentes ao reforço das suas capacidades e competências. Com todo o interesse, sabedoria e diligência manifestados por parte das entidades oficiais e de toda a Comunidade Educativa desta escola, os alunos com necessidades educativas especiais têm revelado um maior empenho, constante interesse e gosto por aprender”.

Nesta escola estão colocadas duas docentes de educação especial, Cristina Perdição e Irene Gouveia. Segundo as mesmas, devido à diversidade discente, torna-se essencial abordar alguns aspectos relacionados com a inclusão destes alunos, pois, tal como Ainscow (1999) definiu, a Educação Inclusiva é “um processo contínuo de melhoria da escola, com o fim de utilizar todos os recursos disponíveis, especialmente os recursos humanos, para promover a participação e aprendizagem de todos os alunos, no seio de uma





comunidade local”, exigindo, deste modo, uma participação constante e imediata de toda a comunidade educativa da escola e do meio social envolvente, o que por vezes, implica um enorme esforço de todos, de forma a responder às necessidades mais prementes de cada aluno com NEE.

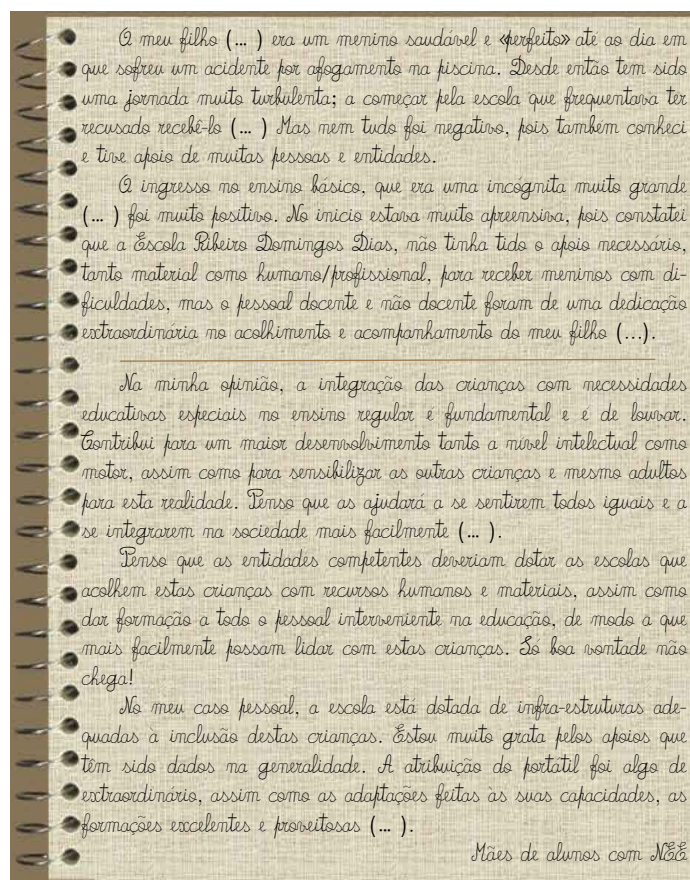
Tendo em conta que não se poderia falar em inclusão se todos os alunos fossem iguais, se não existissem limitações e diferenças individuais que determinam a mudança de mentalidades, através da aceitação de cada um, da partilha dos diferentes mundos e vivências, na opinião das docentes especializadas, é de realçar o enorme empenho de toda a comunidade escolar: alunos, professores, auxiliares da acção educativa, pais/encarregados de educação, em que cada um desempenha um papel determinante no desenrolar de todo o processo educativo.

Na perspectiva das docentes especializadas, nesta escola existe um verdadeiro espírito de inclusão. Os alunos com NEE encontram-se integrados num ambiente quase familiar, dir-se-ia até afectuoso, onde não existe lugar para a manifestação de atitudes discriminatórias. O sucesso da integração destes alunos deve-se à colaboração dos pais e de toda a comunidade escolar e ao esforço diário e incansável dos docentes, que sensíveis às problemáticas de cada



educando com NEE, exercem a sua actividade com profissionalismo e dedicação.

As docentes especializadas salientam ainda a importância do trabalho em equipa, a grande disponibilidade e receptividade por parte dos professores, relativamente à partilha do espaço sala de aula, responsável pela colaboração estreita entre todos.



Na opinião da docente do ensino regular do 2.º A “a problemática da inclusão é um tema a debater, na medida em que ainda hoje existem professores reticentes em trabalhar com turmas onde se encontram crianças integradas e pais que julgam que os seus filhos ficam prejudicados nas suas aprendizagens por estarem nessas turmas. Esta docente refere ainda que “todo o trabalho é feito em colaboração e em equipa, contributo activo para o bem-estar de todos e sobretudo para desenvolver ao máximo as potencialidades desta criança”. Assim, ao de recursos humanos para além de professores, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, terapeuta da fala, psicóloga e da DANTIC que assegura as tecnologias, há sempre, dentro da sala de aula o apoio de uma docente especializada. Na sua ausência, há o apoio de outros professores, como sejam de

informática e de apoio. Ao nível do espaço, a escola possui rampas que facilitam a deslocação dos alunos e a sala foi adaptada para a colocação de computador, impressora e periféricos (teclado *standard* ou teclado de conceitos com uma placa acrílica, *joystick*).

A docente do 2.º A considera que é gratificante e enriquecedor ter na turma crianças com NEE. A partilha de saberes, de sentimentos e de valores é enorme. Aprende-se a aceitar a diferença e, sobretudo, a respeitá-la. Aprende-se a ser solidário, a ter atitudes baseadas na igualdade com o objectivo de dar a esta criança todas as possibilidades de se tornar mais autónoma e independente, afirmando que “o trabalho decorre com naturalidade e ninguém se apercebe da diferença. A aluna realiza todas as actividades, em menor quantidade mas com a mesma qualidade. Todas as actividades são adaptadas às suas necessidades, por exemplo: não usa lápis e caderno, mas usa o sistema informático. No futebol, aprende a conduzir a bola com os pés ajudada pelo andarilho. Não desenha no papel, mas desenha no *Paint*”. É de referir que em 2005, esta aluna obteve o primeiro lugar no Concurso “Os Artistas Digitais” (Concurso de desenho por computador destinado aos alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico de todo o País).

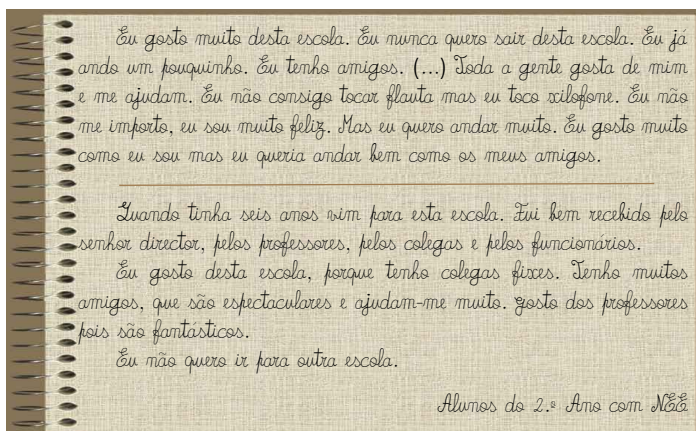
A Professora do ensino regular da turma do 2.º B, saliente que a maior dificuldade sentida, inicialmente, foi conciliar a atenção individual que estes alunos necessitam devido aos seus problemas neuromotores, nomeadamente, problemas ao nível da tonicidade muscular, movimentos involuntários, espasmos, problemas de postura e de fala, com o dever de apoiar os restantes alunos. Na medida em que “o seu sucesso educativo depende muito do apoio individual que deve dar resposta às suas necessidades especiais”.



Relativamente às aprendizagens, os alunos com NEE têm alcançado todos os objectivos propostos, apesar das dificuldades inerentes à sua problemática. Neste ano lectivo as dificuldades que surgem estão mais ligadas ao ritmo de execução das tarefas, devido ao volume de trabalho que um 2.º ano acarreta, conduzindo a uma redução dos exercícios. A docente elucida que “o resultado está a vista de qualquer um, pois os alunos desta turma formam um grupo único e coeso que aceita as diferenças sem qualquer problema. Quero fazer parte do grupo de pessoas que acredita na inclusão e numa sociedade na qual a diversidade seja respeitada e todos possam viver de maneira harmoniosa e integrada”.

Dois Auxiliares de Acção Educativa são de opinião que “com o decorrer dos anos, apesar de algumas dificuldades, aprendemos mais com elas do que elas connosco”.

O Docente de Informática e de Apoio, António Girão, recorda-se dos primeiros dias em que rapidamente tentava ajudar os seus alunos com NEE a fazer as tarefas propostas, numa atitude de superprotecção. “Todavia deixei de ter essa atitude, porque vi e acreditei nas capacidades de cada um”. Na opinião deste docente “estão totalmente integrados no grupo e acompanham os colegas na realização das tarefas”, sendo até eles que ajudam os colegas na aula de Informática, pois possuem bons conhecimentos informáticos, uma vez que utilizam o computador como uma ferramenta essencial no processo ensino/aprendizagem. Uma das vantagens desta integração é a capacidade que todos adquirem na percepção de que não somos todos iguais e todas as crianças têm algo diferente e de valor para dar aos outros”.



A Escola como pilar da Igualdade de Oportunidades

Uma das escolas pioneiras na inclusão de alunos com necessidades especiais (NE) é a Escola Secundária Francisco Franco, que tem desempenhado um papel preponderante no atendimento a esta população, facto pelo qual quisemos dar a conhecer as suas boas práticas.

Segundo a Dra. Dina Jardim, Presidente do Conselho Executivo, a escola tem sido bastante procurada no atendimento a alunos com necessidades especiais suportado pela concepção de que “a escola serve para incluir e não para excluir”, daí a preocupação daquele órgão de gestão para que todos se sintam bem no seio da organização escolar.



A Escola Secundária Francisco Franco, situada no concelho do Funchal, conta com um corpo docente constituído por 269 professores, dos quais 197 são do quadro de nomeação definitiva. Quanto à Educação Especial conta com três docentes especializados. Na escola existe ainda um serviço de psicologia e orientação. Em relação ao pessoal não docente, o número total de funcionários é de 117, distribuídos pelos serviços de administração escolar, acção social e auxiliares da acção educativa, entre outros.

Este estabelecimento de ensino atende uma população escolar de 2490 alunos, distribuídos por 30 turmas de 10.º ano, 25 turmas de 11.º ano e 32 de 12.º ano. No Ensino recorrente existem 5 turmas de 10.º ano e 6 turmas de 11.º e de 12.º ano. Do número total de alunos, 29 beneficiam de apoio dos serviços de Educação Especial, sendo que 13 frequentam o 10.º ano, 7 o 11.º ano e 9 o 12.º ano.

Quanto ao espectro das necessidades especiais, importa salientar que uma aluna é cega, pelo que re-

cebe apoio e acompanhamento da professora Rosa Gomes, professora especializada na área da deficiência visual, que completa o seu horário noutros estabelecimentos de ensino. Os restantes 28 alunos são apoiados pelo professor Joaquim Marote, especializado na área das dificuldades de aprendizagem e pela professora Celestina Gonçalves, especializada na deficiência auditiva e que trabalha exclusivamente na escola há mais de 10 anos. Destes alunos 8 são surdos (3 são surdos profundos, um com implante coclear e os restantes apresentam surdez média), 3 deficientes motores, 1 hiperactivo com défice de atenção e os restantes apresentam dificuldades de aprendizagem.

Para além dos cursos científico-humanísticos (agrupamentos 1, 2, 3 e 4), a escola proporciona os cursos tecnológicos de: artes visuais; ciências socioeconómicas; ciências sociais e humanas; línguas e literaturas; informática; electrónica e electrotecnia; administração; multimédia e desporto. Esta via é uma aposta da escola na tentativa de proporcionar uma formação aos alunos com vista à sua integração no mundo do trabalho. É uma área onde se verificam menos desistências comparativamente aos cursos científico-humanísticos, uma vez que os alunos optam por aquilo que realmente gostam, conseguindo inclusive superar as dificuldades nas áreas de formação geral.

Paralelamente, a escola tem uma outra opção para os alunos que não querem seguir um curso superior nem optar pelos cursos tecnológicos, preferindo um curso profissionalizante. Neste momento existem dois cursos profissionais, na área da mecânica e da informática. Estes cursos não podem ter menos de 10 nem mais de 15 alunos e, pelo que está decretado, os alunos passam obrigatoriamente, a não ser que falem.

Os cursos profissionais são direccionados para a vida activa e incluem um estágio no mercado de trabalho, o que se revela muito eficiente na integração laboral das pessoas com necessidades especiais. Assim, os alunos optam por fazer cursos de um ano e, se quiserem continuar naquela área específica, podem fazer três anos, obtendo a equivalência ao 12.º ano. O

nível de sucesso destes cursos é de 100%, facilmente justificado pelo facto dos alunos fazerem realmente aquilo de que gostam verdadeiramente.

No decurso do presente ano lectivo está a ser feita uma prospecção de mercado interno para ver quais as preferências dos alunos de modo geral e detectar se têm ou não aceitação no mercado de forma a orientar posteriormente as matrículas do próximo ano. O levantamento dos cursos é realizado pela psicóloga da escola, que através da aplicação de um inquérito aos alunos tenta detectar as áreas pretendidas.

Quanto ao atendimento dos alunos com NE, nos casos em que se considera necessário, nomeadamente na área da deficiência visual, torna-se imprescindível fazer, no início do ano lectivo, uma sensibilização aos professores e aos funcionários, através da qual se dá a conhecer os tipos de problema destes alunos e a melhor forma de guiá-los.

Nesta linha de pensamento a Dra. Dina Jardim defende o proporcionar de autonomia a todos os alunos, não só àqueles que têm uma deficiência declarada, mas a todos em geral, através de um acompanhamento sistemático.

Esse acompanhamento é feito pelos professores que, na sua maioria, se envolvem bastante e gostam de trabalhar com alunos com NE. Por outro lado, há professores que não partilham esse gosto e não se sentem bem ao fazer este tipo de trabalho, porque consideram que não têm preparação nem formação adequada para intervir com estes alunos.

Concomitantemente, na tentativa de tentar colmatar as dificuldades de aprendizagem de carácter temporário por parte de alguns alunos, a escola criou um sistema de estudo a que designou de Aulas de Apoio Turma (APT's). Durante os 90 minutos que constituem os APT's, os alunos contam com o apoio dos professores, podem tirar dúvidas, estudar e fazer os trabalhos de casa. Nesse sentido, foram elaborados horários para todas as turmas, que foram afixados na biblioteca, no bar dos alunos e na revista da escola. É de salientar o facto de que alguns professores têm praticamente a turma inteira no apoio.

Em relação à inclusão dos alunos com NE, na opinião do professor Joaquim Marote tem sido extremamente bem conseguida, na medida em que o acompanhamento e apoio prestados a estes alunos têm tido

resultados positivos.

A formação do professor Joaquim em Educação Especial facultou-lhe uma visão abrangente das várias problemáticas que estes alunos apresentam e preparou-o na área dos apoios educativos para os alunos com necessidades educativas especiais (NEE). Assim, sente-se muito bem preparado para intervir com alunos com dificuldades de aprendizagem e também com problemas de comportamento, que na sua óptica se encontram, muitas vezes, mascarados com problemas emocionais. Um ano após a sua integração na referida escola considera-se bastante satisfeito com o trabalho desenvolvido e com os resultados atingidos.

Para além de estarem totalmente integrados nas turmas, os alunos têm apoio especializado fora da sala de aula, sendo que se verifica um processo de aprendizagem cooperativa entre os professores, ou seja, há um acompanhamento dentro da sala de aula, como por exemplo, no caso da disciplina de Contabilidade. Esta cooperação tem sido preponderante tanto para professores como alunos que consideram o trabalho desenvolvido de extrema importância.



A mesma opinião é partilhada pela professora Celestina Gonçalves, que afirma que a escola é excepcional no atendimento aos alunos com NE, associando este factor ao trabalho de sensibilização que já vem sendo feito há algum tempo para a problemática da inclusão destes alunos e que faz com que os professores já estejam receptivos e habituados aos alunos. Os professores tentam fazer o melhor que podem e sabem, em estreita colaboração entre docentes do ensino regular, da educação especial e o órgão de ges-

tão da escola. Ainda assim, o trabalho desenvolvido por estes professores é bastante exigente, tendo que assumir, por vezes, o papel de profissionais de outras áreas, como é o caso da terapia da fala, para fazer frente a algumas problemáticas com as quais se confrontam.

É do consenso geral que a maior parte dos alunos recusa ir à psicóloga porque relacionam de forma estereotipada a ida ao psicólogo como a existência de um problema mental grave. O corpo docente tenta desmistificar esta ideia, ao mesmo tempo que tenta alertar os alunos para o facto de que o professor de educação especial não é um professor para alunos deficientes. Neste sentido, na opinião da professora Celestina, a intervenção com os alunos com dificuldades de aprendizagem é mais complicada do que com os surdos, porque há este estigma a nível emocional.

Por outro lado, a inclusão dos alunos surdos é muito mais difícil de ser feita, na medida em que existe uma comunidade surda no seio da escola e, sendo muito selectivos, a tendência é para se isolarem no grupo. Ainda assim, a professora Celestina tenta a todo o custo, a inclusão destes alunos, referindo que sente uma grande procura dos alunos surdos e de outros ouvintes, com os quais se entendem bem e até conseguem fazer amigos. Esta professora incentiva os alunos surdos a terem amigos ouvintes e pede que venham ter consigo, para que se possa desenvolver esse trabalho de integração.

No que se refere à inclusão dos alunos portadores de deficiência visual, o principal objectivo é adaptar os recursos da escola às especificidades daqueles alunos, ou seja, há uma adaptação do meio escolar às reais necessidades dos alunos. Quando se trabalha com um deficiente visual há toda uma exploração que é feita em termos de objecto, de espaço, de experiências práticas e novas que têm que ser devidamente adaptadas e planeadas com antecedência.

A mobilidade para um cego é extremamente importante porque é uma das situações em que precisa autonomizar-se. Assim, para que o aluno seja autónomo há toda uma preparação e estimulação psicomotora que tem que ser feita para se alcançar o perfeito domínio da bengala. No início do ano é necessário fazer o reconhecimento do espaço, para que esteja perfeitamente consciente e domine perfeitamente o espaço

em que se movimenta, quer seja na biblioteca, cantina, casas de banho. Isto exige familiaridade com o sítio por onde vai, como vai, que caminhos vai tomar, que pontos de referência vai encontrar, sendo que estes últimos não devem ser removíveis, mas sim fixos.



Este tem sido o papel da professora Rosa Gomes: promover a autonomia dos cegos, ensinando-os em termos de mobilidade a orientarem-se sozinhos

na escola. No presente ano lectivo, esta escola secundária é frequentada apenas por uma aluna cega. Não obstante este tipo de trabalho é retomado sempre que os horários mudam e, conseqüentemente, as salas de aula, bem como na situação recente de um pavilhão que foi construído e relativamente ao qual foi necessário fazer o reconhecimento.

Paralelamente, existe a necessidade de um trabalho ao nível familiar e pessoal, de forma a ser responder ao desempenho global do aluno. A família de um aluno cego deve ser extremamente estruturada e organizada. À semelhança do que se passa na escola, esta estruturação e organização tem que continuar em casa. No entanto, o tipo de trabalho que é feito depende da idade, da situação oftalmológica e do diagnóstico do aluno.

A inclusão dos alunos portadores de deficiência visual, à semelhança dos restantes alunos com necessidades educativas especiais, tem tido grande sucesso, porque desde que o aluno seja bem acompanhado e apoiado, pode alcançar resultados muito positivos.

O trabalho cooperativo entre os professores é imprescindível e é decisivo na planificação das estratégias e na adaptação dos materiais que vêm beneficiar todos os outros em geral.

Em relação aos manuais escolares são mandados, com a devida antecedência, para o Centro de Produção Material do Ministério da Educação para que possam ser colocados em Braille. Todavia, este processo é moroso e para colmatar esta lacuna a professora especializada, em conjunto com o professor da disci-

plina, faz uma síntese da matéria que é passada para Braille, através do Centro de Produção Material da Deficiência Visual.

No que se refere aos factores que motivam esta escola para a inclusão de alunos com NE salientam-se a aposta do Conselho Executivo na continuidade dos professores e que, na opinião dos docentes especializados, é a principal razão para o sucesso. Para além disso, o trabalho em equipa e o apoio na sala de aula dos professores do ensino regular estabelecem uma estreita relação cooperativa entre o corpo docente, ao mesmo tempo que estimulam uma forte ligação com os discentes.

Neste contexto, importa enfatizar o trabalho dos docentes especializados, enquanto mediadores na escola, das relações e do trabalho em equipa.

No que concerne às dificuldades sentidas no processo de inclusão destes alunos, os docentes especializados sentem que o facto de não saberem antecipadamente quem são os alunos que vão frequentar aquela escola é uma grande lacuna que se verifica há já muitos anos.

Apenas no caso dos alunos surdos, que já vêm sendo acompanhados pelo Serviço Técnico de Educação de Deficientes Auditivos, essa informação é comunicada antecipadamente. Aquando da matrícula, os alunos apenas sinalizam no boletim que estão inscritos na Educação Especial, todavia, isso não é suficiente, uma vez que há todo um conjunto de informações imprescindíveis para o conhecimento do aluno e a consequente resposta educativa eficaz. Assim sendo, os docentes especializados desta escola julgam ser preponderante que os colegas que acompanham estes alunos no 3.º ciclo estabelecessem um elo de ligação com a futura escola, no sentido de alertar para esta transição.

Uma outra dificuldade sentida é a falta de requisitos mínimos numa série de áreas por parte dos alunos que ingressam no ensino secundário, que muitas vezes, não apresentam as mínimas condições para progredir no sistema de ensino. Nesta óptica, uma grande maioria dos alunos com problemas de aprendizagem tem grandes dificuldades na área da Língua Portuguesa (leitura e escrita), situação inquietante para os professores que não compreendem como é que um aluno progride e transita do 3.º ciclo para o secundário

com tais lacunas. Na opinião do professor Joaquim “é um jogo de cintura muito grande tentar colmatar tais desníveis de conhecimentos do aluno em relação aos demais colegas da turma (...). E andamos aqui neste dilema...”.

No que se refere a possíveis melhorias no processo de inclusão dos alunos com NE, segundo a Dra. Dina Jardim, devia haver formação mais específica para os professores que leccionam as turmas com alunos com NE, defendendo que esta formação a professores da especialidade de cada área seria uma mais-valia. De acordo com ela, o futuro passa por especializar um professor de cada disciplina na Educação Especial para que os mesmos ao leccionarem em turmas com alunos com NEE não se sentissem tão perdidos e soubessem responder eficazmente às necessidades desta população escolar.



Outras melhorias apontadas pela professora Rosa Gomes é a escolha dos manuais, de modo a permitir uma adaptação mais simples e rápida e a supressão de algumas barreiras arquitectónicas. No entanto, devemos salientar que a Escola Secundária Francisco Franco, apesar de antiga, em termos de espaços físicos apresenta infraestruturas boas, corredores e escadas largos e corrimãos grandes.

Todos os professores salientam a importância de dotar os alunos com NE de ferramentas adequadas para que possam, posteriormente, progredir sozinhos, uma vez que pela legislação em vigor, estes alunos apenas são apoiados e acompanhados até ao 12.º ano de escolaridade. E depois?

A UMa face ao desafio da Inclusão...

A Universidade da Madeira (UMa), segundo o definido nos seus estatutos, é “um centro de criação, transmissão, crítica e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia ao serviço do homem, com respeito por todos os seus direitos fundamentais”.

De acordo com Pedro Telhado Pereira, Reitor da



UMa, importa atender ao facto de que a Constituição da República Portuguesa define que a educação e o processo de ensino-aprendizagem deve ser até ao limite das capacidades das pessoas e que até há relativamente pouco tempo, as pessoas com necessidades especiais (NE)

não conseguiam atingir os seus limites, porque as instituições não proporcionavam condições de acesso ou não estavam sensibilizadas para isso.

Na sua opinião, a inclusão de alunos com NE na UMa tem sido bem conseguida, considerando que não estão a facilitar ou a reconhecer capacidades que as pessoas não têm. O que fazem é ajudar a adquirir e reconhecer essas capacidades, uma vez que estas pessoas terão as mesmas capacidades que os outros, dentro das suas limitações. “Dentro da sua dependência, as pessoas devem tentar tornar-se independentes. E os alunos da UMa têm conseguido alcançar esse desafio.”

Neste momento, a UMa possui já alguns alunos com NE, entre eles: Alejandro Pinto (primeiro invisual na UMa) e Andreia Catanho (baixa visão), ambos a frequentarem o curso de Comunicação, Cultura e Organizações; Rubina Gomes e Idalina Vicente, ambas com deficiência auditiva e a frequentar os cursos de Gestão e Psicologia, respectivamente.

De acordo com a Presidente do Departamento de Psicologia e Estudos Humanísticos, a Prof. Doutora Glória Franco, deveria haver uma maior comunicação/diálogo entre as instituições, porque não há nenhuma informação nem aviso prévio de que a Universi-



dade vai receber alunos com determinadas NE.

No caso da deficiência visual, quando o Alejandro chegou foi uma surpresa. A Universidade não sabia que ia ter um invisual e, segundo Glória Franco, esta não está preparada para receber pessoas invisuais, nem ao nível da sinalética (apenas os elevadores têm sinalética em Braille) nem ao nível da documentação a ser disponibilizada. A Universidade não tinha recursos para adquirir os meios necessários, sendo que se tornou imprescindível solicitar ao Reitor que disponibilizassem verbas para adquirir material informático que, em conjunto com a boa vontade dos colegas, possibilitou a aquisição de um computador e um software de leitura.

De acordo com o Alejandro na tomada de decisão acerca do acesso ao ensino superior tem que existir a consciencialização, em primeiro lugar, das muitas dificuldades a enfrentar.

Questionados acerca das dificuldades sentidas na frequência do ensino superior, ambos os alunos portadores de deficiência visual concordaram que o acesso à informação é a maior dificuldade. No caso do Alejandro alguns professores digitalizam a matéria. Nas outras disciplinas ele pede aos colegas, visto que alguns passam os apontamentos a computador, ou então recorre a fontes externas.

Não obstante, a inclusão deste aluno no primeiro ano foi muito difícil porque os professores não tinham nada preparado e não sabiam exactamente como proceder para responder às suas NE. A primeira solução foi deixá-lo gravar as aulas para audição à *posteriori*. Os professores tentaram ainda pesquisar textos em Braille para substituir os que eram dados nas aulas. Paralelamente, foi necessário sensibilizar os professores para encontrarem novas formas de avaliação, entre elas a atribuição de mais tempo para realização dos testes e a aplicação dos testes através do computador.

Glória Franco salienta, com preocupação, o facto de não terem instituições com quem articular o apoio concreto a estes alunos. Apostam na boa vontade, es-



sencialmente, dos professores que leccionam horas a mais e apoiam individualmente este aluno tentando, sempre que possível, facultar o material das aulas.

Ainda assim, a inclusão social do Alejandro foi um êxito pelo facto do mesmo ser uma pessoa extrovertida e muito bem disposta, o que fez com que os colegas o acarinhassem muito. Assim, na opinião de Glória Franco, “estamos sempre a aprender lições de vida com o Alejandro, ele tem uma capacidade impressionante de enfrentar os problemas e uma boa disposição que é notável”. A sua personalidade e a visibilidade da sua problemática proporcionaram uma melhor integração junto dos colegas, que lhe têm proporcionado um bom suporte. A relação com os colegas é, regra geral, muito boa. Estes tornaram-se numa ajuda indispensável ao sucesso destes alunos. Verifica-se uma relação muito próxima entre os alunos que se prontificam a emprestar os apontamentos e/ou explicar alguma matéria que não ficou compreendida. No entanto, relativamente a outro caso, a Idalina, a mesma afirma ter grandes dificuldades de integração no grupo da turma.

A Andreia, por sua vez, tem que recorrer a ampliações da bibliografia, no entanto, este recurso torna-se muito dispendioso, na medida em que a ajuda financeira da bolsa de estudo não chega para tudo.

A Rubina e a Idalina sentiram algumas dificuldades em compreender o que os professores dizem, pois alguns falam muito rápido, ou de costas para os alunos por terem que escrever no quadro, o que dificulta a leitura labial a que estas alunas recorrem frequentemente.

Quanto ao corpo docente sente muita dificuldade em integrar estes alunos, especialmente os invisuais. Ainda hoje há professores que sentem dificuldades. Para além disso, há disciplinas que funcionam em conjunto com outras turmas, verificando-se um número muito elevado de alunos por sala, às vezes, à volta de 100/120, o que vem dificultar, ainda mais, uma resposta educativa eficaz às necessidades deste grupo de alunos. Em relação à deficiência auditiva, os docentes não sentem tantas dificuldades uma vez que esta necessidade não é tão gritante, na medida em que é uma problemática que se consegue apoiar mais facilmente,



Rubina Gomes

porque os alunos podem ler os textos e seguir as aulas, desde que se fale directamente para o aluno e de forma pausada.

Neste sentido, Glória Franco enfatiza a importância de um maior diálogo entre as instituições que seria muito proveitoso para docentes e discentes. Paralelamente, refere que o apoio da educação especial deveria continuar no ensino superior e não terminar com o ensino secundário, já que se verifica um certo hiato entre a passagem do ensino secundário, onde os alunos tiveram um certo apoio em termos de técnicas e de materiais, e o ensino superior.

Nesta linha de pensamento, todos os alunos consideram muito útil a criação de um gabinete de apoio aos alunos com NE, nomeadamente para disponibilizar documentação adaptada às necessidades específicas de cada um.

Apesar desta não ser ainda a realidade vivida na Região Autónoma da Madeira, estes alunos com NE que frequentam a UMa afirmam que é imprescindível definirem os seus objectivos de vida e tomar consciência de que o facto de serem portadores de necessidades especiais não os deve impedir de nada, pelo contrário deve motivá-los a seguir em frente, a ultrapassar os obstáculos e tentar realizar os seus sonhos, que na maior parte deles, passa por terminar os cursos e ingressar no mercado de trabalho.

A mesma opinião é partilhada pelo Reitor da UMa, que preconiza que as pessoas com necessidades especiais têm capacidade de estar no ensino superior e as instituições estão abertas para os receber. Uma vez que todos somos diferentes, dentro da sociedade e entre os seres humanos, deve haver os valores e a solidariedade que a Universidade quer transmitir aos seus alunos. Como referido pelo Reitor, “o caminho faz-se caminhando e a Universidade da Madeira está a dar os primeiros passos”.



Idalina Vicente

“Os meus olhos vêem para além de mim...”

Noélia Ferreira, tem 31 anos de idade, vive no Caniço e nasceu com um glaucoma congénito. Cega de forma gradual, simplesmente nunca viu, apenas teve que se adaptar e gerir a situação. A família foi sempre uma fonte de apoio, integrando-a o mais naturalmente possível, tendo tido a preocupação constante de apoiá-la e evitar barreiras que a pudessem perturbar ou que lhe causassem o sentimento de que ela é que tinha que se adaptar às coisas.

Em criança, frequentou o ensino pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico no Serviço Técnico de Educação de Deficientes Visuais (STEDV), uma vez que na altura, os alunos cegos não eram integrados nas escolas do ensino regular. A Noélia nunca teve problemas em lidar com a sua diferença, porque sempre conseguiu fazer tudo como as outras crianças. Possuía a consciência de que tinha que ir para uma escola diferente, aprender a ler Braille, sendo que tudo o resto fazia normalmente, como qualquer outra criança.

Após a conclusão do 1.º ciclo, matriculou-se na Escola dos Louros. Entretanto, surgiu a oportunidade de ir para África do Sul, a convite dos padrinhos, para ser vista por um oftalmologista e a sua família optou por ficar no país durante cinco anos e meio. Em África do Sul frequentou a *Pioneer School*, uma escola especializada para deficientes visuais em Worcester.

Numa fase inicial, a Noélia teve alguma dificuldade em se adaptar, também devido ao desconhecimento da língua, todavia, conseguiu integrar-se e fazer amizades facilmente, tendo permanecido naquele país até ao 10.º ano de escolaridade.

Quando regressou à Madeira, teve que fazer equivalências e foi colocada novamente no 9.º ano, na Escola Secundária do Funchal. Posteriormente, frequentou o ensino secundário na Escola Secundária Jaime Moniz, onde teve o acompanhamento da docente especializada Benvinda Carvalho durante três horas semanais. A Noélia refere que nunca sentiu problemas de integração nas turmas do ensino regular.

Em relação à sua vocação pela música surgiu por volta dos 8 anos. No entanto, numa fase entre o 10.º e 11.º anos de escolaridade ainda esteve hesitante e

indecisa entre áreas como línguas, psicologia e música. A seu ver, as primeiras opções colocavam mais entraves ao exercício livre e

independente da sua actividade profissional. Simultaneamente, a veia artística falou mais alto e a sua escolha recaiu sobre a música. Neste sentido, em simultâneo com o ensino secundário, fez o Conservatório.

O seu primeiro ano de serviço foi na Escola Básica de Santo António, onde leccionou a alunos do 2.º ciclo. Quando ingressou no mercado de trabalho sentiu-se um pouco desamparada, por ser um ambiente novo e sentir uma certa falta de apoio. No segundo ano de serviço, ficou a trabalhar 8 horas no Centro de Reabilitação Psicopedagógico da Sagrada Família (CRPSF) e 7 horas no STEDV, tendo conseguido no ano seguinte um horário de trabalho completo de 22 horas no CRPSF.

No 4.º ano de serviço concorreu para o quadro da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, tendo ficado colocada no STEDM. No mesmo ano entrou para a Universidade da Madeira onde fez as disciplinas pedagógicas para adquirir habilitação própria para leccionar. Noélia relembra o facto de que no ensino superior gravava as aulas todas porque o barulho da máquina Braille incomodava os professores. No ano seguinte foi estagiar para a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Horácio Bento Gouveia.

No presente ano lectivo, o seu 6.º ano de serviço, foi destacada para o Serviço Técnico de Educação de Deficientes Intelectuais da Quinta do Leme (STEDI-QL), tendo elaborado, recentemente, três canções (música e arranjos instrumentais) para a peça de teatro “Menina do Mar”, do Grupo de Teatro *Oficina Versus*.

Quanto à sua integração no mundo laboral, nunca teve grandes problemas com os colegas por se considerar uma pessoa sociável e que se adapta facilmente



te, tendo feito grandes amizades com alguns colegas.

No que se refere à relação com os alunos sempre foi muito directa, falando abertamente sobre as suas limitações e colocando-os à vontade para fazer questões. Para além disso considera fundamental salientar que não é o facto de ser cega que a impede de fazer o mesmo trabalho que outro professor faria.

De igual forma se processa a relação com os encarregados de educação, com os quais nunca teve problemas, pelo contrário, muitos são os que se lhe dirigem a dizer que os filhos gostam muito dela.

Os materiais a que recorre no exercício da sua profissão baseiam-se num quadro grande com pautas musicais feitas com um sistema de velcro que, em conjunto com a professora Benvinda, mandou fazer na Inocentro no seu primeiro ano de serviço. Este material é feito em material acrílico e por trás é preto e transparente e permite colar as pautas musicais directamente no quadro branco. Desta feita, os próprios alunos podem corrigir os trabalhos de casa no quadro.

Relativamente aos livros escolares tem conseguido tê-los todos em Braille, apesar de no primeiro ano de serviço se sentir um pouco desamparada nesta área, mas teve a ajuda incansável da professora Benvinda, que a apoiou muito nesta tarefa. Posteriormente, a professora Luzia Almeida, actual professora de música do STEDV, também a ajudou a passar algumas partes dos livros para Braille, um trabalho algo moroso.

Este ano lectivo a professora Noélia não adoptou nenhum livro escolar, tendo optado por construir o seu próprio programa de acordo com as necessidades dos seus actuais alunos do STEDI-Quinta do Leme.

Quanto à deslocação para o local de trabalho, a docente especializada Teresa França foi uma grande ajuda na medida em que a treinou no percurso casa-trabalho. Ainda assim, este não é um grande entrave, uma vez que quando vem trabalhar de manhã, consegue boleia com um primo, apenas quando entra no turno da tarde é que recorre aos transportes públicos.

Na acessibilidade do edifício não sente grandes dificuldades, já que conta com o apoio dos colegas, em especial do Bruno Monterroso, que a ajuda bastante. Os alunos também dão o seu contributo, demonstrando-se sempre muito prestáveis para ajudar.

Ao longo da sua vida, a Noélia sente que contou

com a colaboração de vários agentes educativos, como tal, gostaria de salientar o contributo da Directora Regional de Educação Especial e Reabilitação, Dra. Cecília Pereira que sempre se demonstrou muito disponível, das docentes especializadas Benvinda Carvalho, Fernanda Gouveia e Dina Barradas e de muitos professores do ensino regular.

A Noélia é uma pessoa persistente e exigente consigo própria. Não se incomoda se tiver que trabalhar durante muito mais tempo para atingir os seus objetivos. Em relação às expectativas futuras, pensa continuar no ensino especial durante algum tempo, mas gostaria de voltar ao ensino regular.

Na opinião da Noélia o maior problema da Região em termos da inclusão de pessoas com necessidades especiais prende-se com a existência de barreiras arquitectónicas. Concomitantemente, considera que deveria haver mais informações em Braille em locais públicos, nomeadamente em supermercados e lojas.

Apesar de considerar a inclusão na sociedade de extrema importância, no seu entender, não deveria funcionar em todos os sentidos. É muito bom para uma criança no 1.º ano do ensino básico estar integrada com crianças ditas normais, mas também é importante frequentar uma instituição para aprender Braille e aprender a ser mais autónoma. Assim, ao nível do 1.º ciclo afirma que é importante travar um pouco a inclusão, no caso da deficiência visual, e que só após é que se deve apostar na inclusão na sociedade.

A seu ver, hoje em dia, a sociedade está muito mais aberta e as pessoas muito mais sensibilizadas. Não obstante, a Noélia sente que tem que dar o melhor de si mesma para que todos gostem do seu trabalho. Quer mostrar que o seu trabalho pode ser tão bom como o de uma pessoa que não seja invisual.

Para aqueles que ainda não sabem aquilo que querem e qual o rumo que querem dar à sua vida, deixa o conselho para que pensem realmente naquilo que gostam, não desistam daquilo que querem ser porque lutando conseguem sempre vencer. Para os que já estão a exercer a sua actividade na sociedade deseja que continuem a demonstrar que aqueles que têm necessidades especiais nunca desistem, servindo, assim, de exemplo para os restantes.

“A diferença nasce com todos nós... a partir daí tudo se torna possível”

No auge dos seus 17 anos, durante as férias de Verão, Marcos Mota teve um acidente de mota, que o deixou paraplégico. Inicialmente foi-lhe muito difícil recuperar o gosto de viver, pois na pujança dos 17 anos, já tinha delineado alguns projectos de vida que tiveram de ser todos alterados, reformados e adaptados à sua nova condição.

Aqui, a família desempenhou um papel preponderante, até nas questões mais simples do dia-a-dia. O suporte familiar e dos amigos ajudaram-no bastante a ultrapassar esta fase que se prolongou por algum tempo até readquirir capacidade anímica, de recuperar a sua auto-estima e toda uma série de questões que surgem a partir do momento em que se passa a ver o mundo de sob outro prisma.

Os profissionais da Direcção Regional de Educação Especial (DREER) também foram uma ajuda crucial nesta fase, essencialmente, nas adaptações necessárias para o seu regresso às aulas do 9.º ano de escolaridade. A DREER foi a primeira entidade que o abraçou e acarinhou. Esta tinha na altura como director o saudoso Professor Eleutério Aguiar que, em conjunto com outros profissionais o apoiaram na escola e dentro das suas possibilidades foram resolvendo, paulatinamente, os problemas que foram surgindo. Desta maneira, a DREER prestou serviços que complementaram a ajuda de familiares e amigos para uma melhor integração na sociedade. Tudo isto faz parte de um conjunto de factores fundamentais imprescindíveis ao sentimento de estar integrado na sociedade.

Entretanto, surgiu a oportunidade de integrar o mundo laboral na comunicação social, área para a qual se sentia vocacionado.

Assim, começou a trabalhar na rádio, primeiramente na TSF e depois na Rádio Madeira. Posteriormente durante um certo período trabalhou como rececionista numa *rent-a-car*, porque o mercado estava com dificuldades em absorver profissionais na área acima

referida. Todavia nunca perdeu o desejo de voltar ao jornalismo, o que veio a acontecer em 2001 na Rádio Jornal da Madeira, onde trabalha actualmente.



O ambiente no trabalho é muito bom, desde as chefias aos colegas e restantes funcionários. Por vezes, quando tem de fazer uma cobertura jornalística em edifícios que não possuem acessibilidade, os colegas prontificam-se sempre a ajudar, levando-lhe, por exemplo, o gravador ao local da reportagem. São estes pequenos gestos que o ajudam não só a exercer a sua profissão, como a acreditar que é possível estar integrado na sociedade, independentemente das contrariedades.

No presente ano lectivo, entrou para o curso de Comunicação, Cultura e Organizações da Universidade da Madeira, do qual não frequentou nenhuma cadeira, pois a vida profissional deixa-lhe pouco tempo para o estudo. Mas espera no próximo ano começar a frequentar o curso que é uma mais-valia, enriquecendo a sua vida profissional.

No seu dia-a-dia o maior obstáculo que enfrenta são as barreiras arquitectónicas. Não obstante, há sempre alguém que se disponibiliza para ajudar, o que é um sinal positivo, revelador que a sociedade está cada vez mais sensibilizada e preocupada com a pessoa diferente.

A acessibilidade aos espaços físicos, apesar de já não ser uma questão utópica, ainda tem um longo caminho a percorrer. Enquanto fundador e presidente da Associação de Deficientes da Região Autónoma da Madeira (ADRAM), Marcos tem-se dedicado com alguma preocupação a este assunto. Na sua opinião,

deparamo-nos actualmente com edifícios novos não tão deficientes na sua acessibilidade, no entanto ainda há alguns, o que é consequência, em parte, da falta de informação sobre as normas técnicas exigidas por lei das entidades responsáveis pelo licenciamento e projecção dos edifícios. Neste domínio, a ADRAM tem vindo a alertar e sensibilizar os respectivos profissionais para o que já está legislado há alguns anos e que deveria ser do conhecimento de todos. Presentemente, Marcos considera que ainda se espera a boa vontade dos profissionais para que os edifícios a construir estejam acessíveis a todos. A agravar a situação ainda há alguns profissionais que não estão sensibilizados e acabam por não respeitar a Lei, contrariando os códigos de conduta e deontológicos que juraram respeitar.

A acessibilidade encontra-se fortemente ligada à evolução das sociedades, por isso, em países mais desenvolvidos industrial e economicamente, estas questões da acessibilidade são encaradas como questões do senso comum, deixando de ser colocadas. Na questão da eliminação das barreiras arquitectónicas, Marcos gostaria que houvesse uma melhor articulação a nível governamental, por parte do Governo Regional, justamente para as situações dos edifícios públicos que são da sua competência.

Em relação à ADRAM, Marcos salienta que na Região a cultura de associativismo não é muito vincada. Não sendo exclusivo desta área, Marcos ainda não percebeu a razão e ao contactar com colegas também dirigentes, percebeu que é muito difícil ser dirigente de uma organização, não só pelo trabalho que dá, mas sobretudo pela dificuldade em satisfazer as necessidades de todos os sócios que as mesmas representam. Afirma que é muito complicado, pois todos têm ideias, toda a gente quer mandar e numa organização tem de haver uma liderança sólida.

A ADRAM é composta por associados unidos e por outros não tão unidos que vêm de outras associações com outros hábitos. Para além disto, o trabalho da ADRAM é dificultado por não possuir uma sede social, tornando-se muito difícil trabalhar nessas condições. É uma associação um pouco “nómada”, acabando por se encontrar e reunir em cafés, o que dificulta a sua organização, havendo por vezes algumas iniciativas que poderiam ser promovidas e não são.

Acredita que uma vez tendo melhores condições de trabalhar, poderá ser possível a ADRAM tornar-se uma associação mais pujante, presente e dinâmica, quer no auxílio aos seus associados e restante comunidade que representa, quer inclusive no estabelecimento de novas parecerias e fortalecimento das já existentes, tais como, com a DREER, com a Câmara Municipal do Funchal, com o Centro Ortopédico do Funchal e com a Associação Portuguesa de Planeadores do Território.

Segundo Marcos para a integração social ser bem sucedida deve partir, em primeira instância, da própria pessoa com necessidades especiais (NE), tendo em conta a predisposição da pessoa com NE para ser integrada. Uma pessoa com receios, que amplifica o estigma em volta da sua deficiência, não só irá ter dificuldade em integrar-se na sociedade, como dificultará o trabalho dos técnicos e das organizações. Assumida a predisposição surge a vontade de aprender, de se formar, de se habilitar, de trabalhar e de produzir. Concomitantemente, aparecem organismos disponíveis para ajudar e para criar as primeiras oportunidades. É claro que no caso da deficiência mental, são os familiares que assumem um papel mais preponderante, mas nada é impossível, há sempre instituições e pessoas a quem recorrer.

Marcos tem verificado uma mudança na sociedade. Desde há 13 anos que é deficiente motor e nota que houve uma mudança de mentalidades na sociedade Madeirense. Por vezes, só quem se confronta com a situação é que se apercebe dessa evolução.

A tendência é que um dia as pessoas olhem para a deficiência com naturalidade, como uma situação inerente à própria espécie, uma vez que a diferença nasce com todos nós, todos somos diferentes, ninguém é igual, e a partir daí tudo pode tornar-se possível. Neste sentido, Marcos pretende, com o seu testemunho de vida, sensibilizar todas as pessoas, instituições e fundações para estas problemáticas, cabendo a cada uma delas aceitar o desafio...

Desenvolvimento Pessoal e Orientação Vocacional



Modelo Desenvolvimental na Orientação Vocacional

Caminhamos hoje para uma sociedade de oportunidades. Cada vez mais os sujeitos constroem a sua identidade a partir de referentes mais globais. Na verdade, a nossa sociedade põe-nos à disposição um vasto leque de oportunidades. Mas também, e simultaneamente, se torna mais exigente, pelo que é importante que as crianças e jovens tenham consciência da importância de conhecer os seus interesses, capacidades e aptidões; do valor da escola e da aprendizagem ao longo da vida; das tomadas de decisão e de planeamento do futuro. Taveira (1997), citando Hoyt (1995), propõe algumas regras ou princípios que devem ser aplicadas no contexto da orientação escolar e vocacional com o intuito de promover o sucesso dos educandos: mostrar aos alunos e formandos a importância e aplicabilidade das aprendizagens, focalizar o reforço no trabalho bem produzido, promover a variedade nas estratégias, incluindo aprendizagens de tipo experiencial, valorizar o recurso ao trabalho de equipa como requisito essencial para o sucesso na sociedade actual, encorajar a criatividade e dar oportunidades de criar soluções pessoais para os problemas, e enfatizar o valor dos hábitos ou rotinas de trabalho como caminho para atingir o sucesso.

“O desenvolvimento vocacional (...) é a confrontação do indivíduo com as sucessivas tarefas relacionadas com a elaboração, implementação e reformulação de projectos de vida multidimensionais, ao longo do ciclo vital” (Gonçalves, 2000).

O autor preconiza uma visão desenvolvimental do

processo de orientação vocacional, ou seja, contínuo ao longo da vida do indivíduo. Acrescenta ainda que este domínio do desenvolvimento psicológico possui uma dimensão integradora de todas as estruturas psíquicas, pois entra em jogo a dinâmica entre os diversos papéis da existência: familiar, cidadão, consumidor, membro de movimentos e associações...

É por isso que actualmente o desenvolvimento pessoal e a orientação vocacional não podem ser considerados de forma independente.

“O indivíduo em desenvolvimento é, em cada momento, o resultado de uma série de decisões interdependentes tomadas ao longo dos sucessivos períodos da sua existência, no confronto com as tarefas específicas de cada um deles – através dessas decisões o indivíduo escolhe ou investe numa direcção, nomeadamente no domínio escolar e profissional (importante na construção da sua identidade), sem esquecer os limites, próprios ou exteriores, à elaboração do itinerário pessoal” (Campos, 1980).

O indivíduo torna-se gradualmente mais autónomo e responsável pelas suas decisões, vai assimilando diferentes experiências e integrando aprendizagens e interesses. No fundo, constrói uma visão mais global da realidade e mais profunda de si mesmo, numa perspectiva de auto-orientação.

Importância das Competências Transversais na Sociedade Actual

Não se pode separar um projecto vocacional da ideia de competência. Na opinião de Gonçalves (2000), este conceito não tem uma definição consensual no seio da comunidade científica. Contudo, avança com uma concepção genérica, definindo-o como “um conjunto integrado e estruturado de saberes - saberes-fazer, saberes-ser e saberes-transformar-se - a que o sujeito terá que recorrer e mobilizar para a resolução das várias tarefas com que é confrontado ao longo da sua vida”. Nesta contextualização entram em linha de

conta as potencialidades e recursos do sujeito, bem como os constrangimentos físicos, psicológicos e socio-económicos em que se enquadra.

Face ao contexto laboral actual que se caracteriza pela instabilidade e diminuição do emprego, surge a preocupação de encontrar estratégias para desenvolver competências pessoais e profissionais transversais, ou seja, aquelas que permitem a adaptação do sujeito a qualquer contexto de vida em que se encontra ao longo do desenvolvimento. Saber pensar/raciocinar, saber procurar e utilizar informação, saber utilizar novas tecnologias da informação e comunicação, saber observar, saber estar com os outros, planejar, organizar-se, ler, escrever e contar, constituem as competências transversais (Crespo, Gonçalves e Coimbra, 2001).

Evolução da Intervenção Psicológica

Também a intervenção psicológica na orientação vocacional tem sofrido transformações. Deste modo, os processos de orientação vocacional redireccionam o seu foco, abandonando o esforço de emparelhamento entre características pessoais e condições laborais, em favor da ênfase nos processos subjectivos de (re)construção de projectos vocacionais. Não se trata de intervir apenas em momentos de crise, mas de potenciar a superação autónoma das mesmas e de promover um desenvolvimento criativo. Trata-se de capacitar para tomar decisões quando for necessário, de estabelecer uma ligação entre as decisões passadas e as futuras, assegurando unidade e coerência à sua individualização. É, no fundo, uma “intervenção de natureza educativa” (Campos, 1980).

Numa perspectiva histórico-construtivista defendida por Gonçalves (2000), o desenvolvimento vocacional é visto como uma narrativa pessoal que se vai escrevendo ao longo do ciclo vital, segundo projectos sucessivos, alguns viáveis, outros não, ao invés de um único projecto global fundamentado em crenças inflexíveis que supõem inatismo, descoberta, determinismo e racionalidade. Nesta visão, surgem dois mecanismos psicológicos fundamentais: exploração e investimento. É na exploração (leia-se relação) estabelecida pelo sujeito com os segmentos da realidade física e social que ele (re)constrói os seus investimentos vocacionais, num processo cíclico de construção

pessoal.

Orientação Vocacional das Pessoas com Deficiência

Existem ainda preconceitos, estereótipos e estigmas que permeiam as relações interpessoais e dificultam a plena integração social da pessoa com deficiência. O delineamento de um projecto de vida maduro e autónomo reveste-se de dificuldades específicas. Muitas vezes as escolhas vão de encontro àquilo que é possível, deixando de lado o que se gosta e o que se deseja. Considera-se a premência de uma mudança profunda na forma de olhar o outro, no sentido de despatologizar a diferença...

“Se para a generalidade dos cidadãos o exercício de uma actividade profissional é um referencial da sua afirmação enquanto pessoas e factor potenciador do exercício pleno da cidadania, esta questão assume uma dimensão porventura mais importante no caso das pessoas com deficiência mental” (Cação, 1997).

Numa sociedade que preconiza a inclusão, é importante flexibilizar o conceito de emprego e ajustar os mecanismos para que se potenciem todas as possibilidades de inserção (Cação, 1997). Daí a importância da orientação vocacional das pessoas com deficiência. Também nesta população a escolha deve recair não apenas sobre o desejo, nem apenas sobre a realidade, mas na combinação destas duas variantes. A orientação vocacional funciona como agente facilitador de trocas significativas do indivíduo com o meio em que está inserido, e é um espaço de afirmação da individualidade.

Fazendo uma alusão às estratégias mais adequadas de promoção de competências, Gonçalves (2000) refere a realização de *role-taking*, isto é, a implementação de experiências reais de contacto do indivíduo com o mundo do trabalho. Para este efeito, a dimensão relacional deve sobrepor-se, mas não substituir, as dimensões tecnológicas e instrumentais. O autor, citando Coimbra, Campos & Imaginário (1994), defende que o sujeito encontra as condições necessárias para a integração de aprendizagens somente se estas experiências estiverem contextualizadas por uma relação de vinculação segura.

“A relação constitui-se como a base segura a partir da qual os sujeitos exploram a sua relação com o

mundo, constroem significados para os seus projectos de vida e levam a cabo um processo de construção pessoal, tornando-se competente face aos constrangimentos da existência humana” (Gonçalves, 2000).

A Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação procura actuar de acordo com estas directrizes proporcionando experiências pré-profissionais aos jovens das valências de instituição e aos que estão integrados nas escolas regulares. É um trabalho que requer o esforço e a participação de vários profissionais e a confluência de saberes. É feita uma observação psicológica do candidato nas áreas cognitiva, sócio-afectiva, das aptidões e interesses, comportamentos e atitudes e área da autonomia. Estes dados são ainda cruzados com informações do contexto familiar, idade, aquisições escolares e outros dados pertinentes. Depois de traçado o perfil do candidato à experiência, unem-se novamente os esforços para encontrar uma entidade/empresa que colabore nesta experiência e, posteriormente, é formalizado o protocolo. A própria empresa terá uma pessoa responsável pelo aluno na experiência pré-profissional e o contacto é sistemático de forma a garantir um melhor ajustamento do jovem ao meio laboral. No processo formativo de cada indivíduo, para além do saber ser, do saber estar e do saber fazer, o “saber adaptar-se” é uma competência que importa acrescentar. O acompanhamento contínuo do jovem ou adulto com deficiência após a sua integração laboral, bem como da respectiva família tem por objectivo criar e/ou reforçar a rede social de apoios a longo prazo existentes na comunidade.

Em síntese, e inspirando-nos no trabalho de Rogério Cação (1997), podemos afirmar que a orientação vocacional apresenta duas referências essenciais: a pessoa a quem se dirige e as possibilidades reais de encontrar uma resposta que se lhe adequa. No âmbito da Educação Especial, procura-se atingir um equilíbrio entre os desejos e competências do indivíduo e as solicitações e necessidades dos contextos profissionais existentes. Partilhamos com a sociedade a responsabilidade de formar cidadãos activos e autónomos, promover a igualdade de oportunidades e a maximização das potencialidades individuais.

Referências Bibliográficas

Cação, R. (1997). Algumas reflexões a partir da experiência portuguesa no domínio da deficiência mental. In Revista *FENA-*

CERCI.

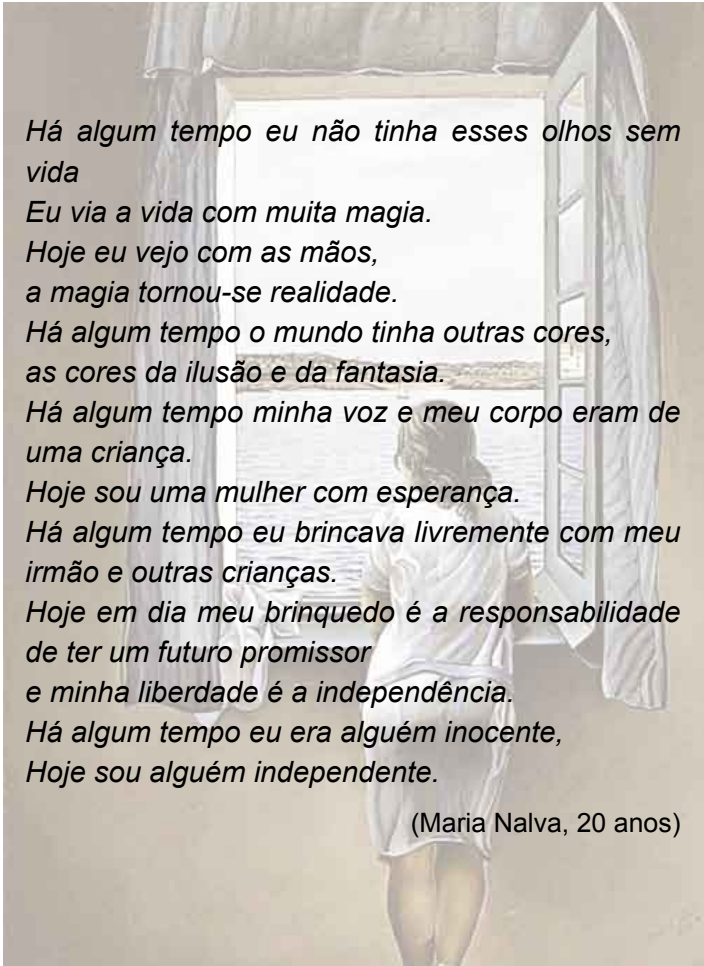
Campos, B. P. (1980). A orientação vocacional numa perspectiva de intervenção no desenvolvimento psicológico. In *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 14, 195-230.

Crespo, C. A., Gonçalves, C. M. & Coimbra, J. L. (2001). *A formação no mundo global: um dispositivo na promoção de competências transversais*. Disponível on-line em www.psicologia.com.pt

Fabela, S. (2001). *Os significados da avaliação vocacional no contexto da reabilitação de pessoas com deficiência*. Disponível on-line www.psicologia.com.pt

Gonçalves, C. M. (2000). Desenvolvimento vocacional e promoção de competências. *Comunicação apresentada no II Encontro Internacional de Formação Norte de Portugal/Galiza*.

Taveira, M. C. (1997). *Intervenção Psicológica na orientação vocacional de jovens: novos desafios e oportunidades*. Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.



*Há algum tempo eu não tinha esses olhos sem vida
Eu via a vida com muita magia.
Hoje eu vejo com as mãos,
a magia tornou-se realidade.
Há algum tempo o mundo tinha outras cores,
as cores da ilusão e da fantasia.
Há algum tempo minha voz e meu corpo eram de
uma criança.
Hoje sou uma mulher com esperança.
Há algum tempo eu brincava livremente com meu
irmão e outras crianças.
Hoje em dia meu brinquedo é a responsabilidade
de ter um futuro promissor
e minha liberdade é a independência.
Há algum tempo eu era alguém inocente,
Hoje sou alguém independente.*

(Maria Nalva, 20 anos)

A moça na janela - Salvador Dalí (1925)

**Chantal da Fonte Belo e Márcio Oliveira - Psicólogos da
Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação**

Avaliação antropométrica de colaboradores

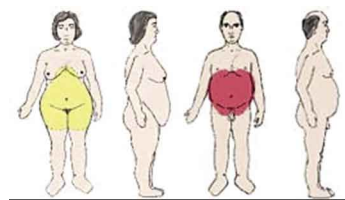
A Área de Dietética promoveu no passado dia 22 de Novembro de 2006 uma actividade comemorativa da chegada do Outono na Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação - DREER - (Quinta Olinda) com os seguintes objectivos: proporcionar aos colaboradores daquele local a avaliação de alguns parâmetros relacionados com o seu estado de saúde nutricional, angariando, simultaneamente, verbas para a compra de material de apoio à Área de Dietética. De referir que este material destina-se a ser utilizado para a avaliação dos alunos/utentes, nos diferentes serviços da DREER. Para tal, realizou-se uma venda de produtos alimentares, entre os quais, castanhas cozidas com erva-doce, bolo de chá preto, bolo de chá de limão, bolachas dietéticas e de água e sal, iogurtes de aroma, ervas aromáticas e infusões variadas (pessegueiro inglês, santolina, caninha, boldo, hortelã, alecrim, funcho, entre outras) - (Figura 1). A opção do chá baseou-se no facto de que actualmente algumas investigações levam a crer que a ingestão de chá, incluída numa dieta saudável, poderá diminuir o risco de desenvolvimento de diversos tipos de doenças crónicas, tais como cancro e doenças cardíacas. De salientar que os bolos disponíveis continham o chá como ingrediente comum e todos foram confeccionados sem a adição de qualquer tipo de gordura.



A avaliação nutricional que foi realizada incluiu a verificação do peso e da altura. Estes parâmetros são importantes pois permitem a avaliação do Índice de

Massa Corporal (IMC) que é calculado dividindo o peso do indivíduo, em quilogramas, pelo quadrado da sua altura em metros, isto é, $IMC = P / A^2$. Por forma a classificar o resultado final desta divisão, utiliza-se o Índice de Quételet. Para valores inferiores a 18,5, o indivíduo encontra-se magro ou desnutrido; entre os 18,5 e os 24,9, possui um peso normal; entre os 25 e os 29,9, verifica-se um excesso de peso; entre os 30 e os 34,9, encontra-se com Obesidade Grau I; entre os 35 e os 39,9, uma Obesidade Grau II e, para valores iguais ou superiores a 40, possui uma Obesidade Grau III ou Obesidade Mórbida. No entanto, o IMC não fornece qualquer tipo de informação acerca da distribuição da gordura no corpo, por isso, foi também determinado o perímetro da cintura. O excesso de gordura abdominal pode ter consequências desfavoráveis para a saúde identificando as pessoas que têm um risco acrescido de complicações ligadas à obesidade.

A medição da circunferência da cintura divide os indivíduos em duas categorias de acordo com a distribuição da massa gorda. Os do tipo andróide em que a maioria da sua gordura corporal é intra-abdominal e distribuída à volta do estômago e tórax. Esta categoria é frequentemente apelidada de forma de maçã na literatura anglo-saxónica ou ainda obesidade visceral, existindo maior probabilidade de estar presente nos homens obesos (Figura 2). Este tipo de obesidade abdominal, até mesmo num indivíduo com peso normal está mais relacionada às doenças cardiovasculares e é, portanto, motivo de preocupação porque, apesar das mulheres serem as maiores vítimas da obesidade, ela determina maiores prejuízos nos homens. Quando a distribuição da massa gorda encontra-se repartida pelas ancas, coxas e nádegas é designada por obesidade ginóide, em forma de pêra ou ainda, obesidade subcutânea e normalmente acontece nas mulheres obesas (Figura 2).

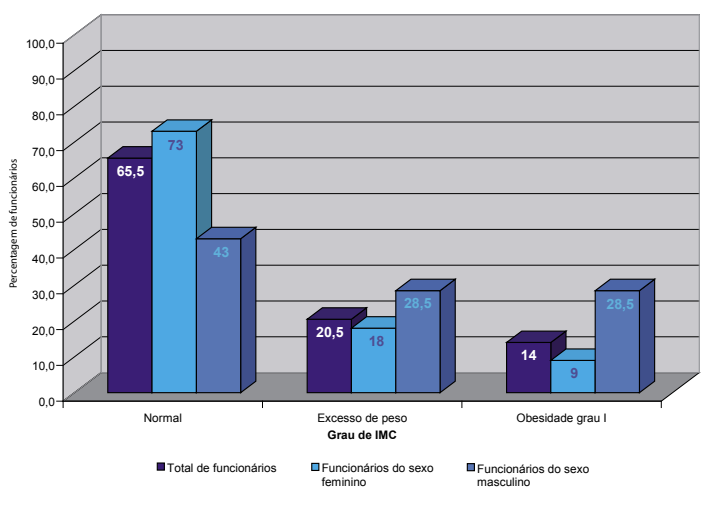


Se a circunferência da cintura for superior a 102 cm nos homens e 88 cm nas mulheres o risco de proble-

mas de saúde está acrescido, mesmo que o IMC esteja dentro dos limites normais. Seguindo este raciocínio, considerou-se um perímetro da cintura de risco se estava acima de 88 cm nas mulheres e acima dos 102 cm nos homens.

A avaliação nutricional dos funcionários teve muita adesão da parte dos mesmos e contou com a participação de 29 pessoas, das quais 76% eram do sexo feminino e 24% do sexo masculino. Todas estas pessoas contribuíram na compra de produtos alimentares e receberam dois folhetos, um acerca de infusões benéficas, com o nome das ervas e suas propriedades e outro folheto com o título “Alimentação Saudável”, contendo mensagens divulgadas pela Associação Portuguesa de Dietistas. Efectuando uma análise geral de todos os funcionários participantes e relativamente ao IMC, verificou-se que cerca de 65,5% apresentavam um peso Normal, 20,5% possuíam Excesso de Peso e 14% encontravam-se com uma Obesidade Grau I. No que concerne ao perímetro da cintura, 86% manifestavam perímetro normal e 14% verificavam perímetro de risco (Gráfico 1).

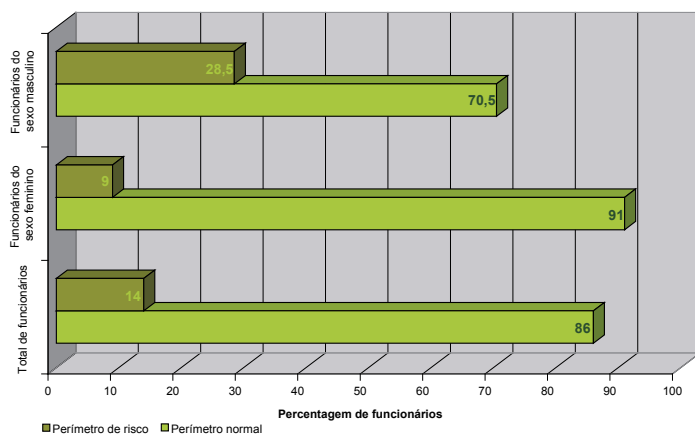
Gráfico 1 - Índice de Massa Corporal



De salientar que todos os indivíduos com IMC Normal e Excesso de Peso revelavam perímetro da cintura Normal. Por outro lado, todos os casos com Obesidade Grau I acusavam perímetro da cintura de risco. Considerando os funcionários do sexo feminino, 73% apresentaram IMC Normal, 18% revelaram Excesso de Peso e 9% mostraram Obesidade Grau I. Na medição do perímetro da cintura, 91% apresentaram valores normais e 9% indicaram perímetro de risco

(Gráfico 2).

Gráfico 2 - Perímetro da cintura



Analisando todos os funcionários do sexo masculino, 43% manifestaram IMC Normal, 28,5% mostraram Excesso de Peso e também 28,5% revelaram Obesidade Grau I (Gráfico 1). Tal como aconteceu com as mulheres, os homens com IMC Normal e com Excesso de Peso tinham perímetro normal de cintura e os homens contendo Obesidade Grau I tinham perímetro de cintura em risco (Gráfico 2).

Estes resultados revelam que, dos indivíduos participantes, as mulheres com IMC Normal e perímetro normal estão em maior percentagem (73%), do que os homens (43%). Apesar disso, não será possível extrapolar os resultados pois a amostra considerada é demasiado pequena para tal.

Sem ser um objectivo previsto inicialmente, esta actividade acabou por alertar os intervenientes, chamando-os à atenção para o seu estado nutricional. Na verdade, a crescente falta de actividade física aliada a uma alimentação deficiente, desequilibrada e incompleta são responsáveis pela tão elevada prevalência de obesidade pelo que a Organização Mundial de Saúde apelidou esta doença como a epidemia do século XXI.

Carla Nunes, Madalena Freitas e Vanessa Andrade
- Dietistas da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação

Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade

A existência de barreiras no acesso ao meio físico edificado e às tecnologias da informação e da comunicação representa um grave atentado à qualidade de vida dos cidadãos com mobilidade condicionada ou com dificuldades sensoriais, pelo que a respectiva eliminação contribuirá decisivamente para um maior reforço dos laços sociais e para o aprofundamento da solidariedade entre os indivíduos.

É neste contexto que surge o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) decorrente da Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto (Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência), na tentativa de proceder à sistematização de um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com dificuldades de mobilidade ou sensoriais, a autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos, eliminando os riscos de exclusão e discriminação.

Este documento, sustentado na Estratégia de Lisboa, com o objectivo de criar acessibilidades no meio físico edificado, nos transportes, nas tecnologias da informação e comunicação e tecnologias de apoio a todos os cidadãos sem excepção, vai decorrer em dois períodos: o primeiro até 2010 e o segundo de 2011 a 2015.

O PNPA apresenta três objectivos básicos: sensibilizar, informar e formar, abordando as condições de acessibilidade no espaço público, nos edifícios públicos, na habitação, nos locais de trabalho, nos transportes e na sociedade da informação (SI). Para tal, define um conjunto de medidas que visam garantir a progressiva acessibilidade no cumprimento das Normas Técnicas de Acessibilidade (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto), promovendo o acesso à informação e serviços electrónicos e à acessibilidade nos transportes. Para além destas medidas, pela sua importante implicação na acessibilidade em geral, salienta-se a integração da acessibilidade nos instrumentos de planeamento, nomeadamente, na elaboração, revisão ou alteração dos Planos Directores Municipais (PDM).

Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Portugal, representado pela Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz e da Secretária Nacional para a Reabilitação, Luísa Portugal, assinou no passado dia 30 de Março, em Nova Iorque, a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Esta Convenção constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das pessoas com deficiência. A adopção desta convenção, que recebeu o parecer positivo de pelo menos 192 países, resultou de um consenso generalizado da comunidade internacional sobre a necessidade de garantir o respeito pela integridade, dignidade e liberdade das pessoas com deficiência e de, simultaneamente, reforçar a proibição da discriminação destes cidadãos através de leis, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade.

A Convenção define as obrigações gerais dos governos relativas à integração das várias dimensões da deficiência nas suas políticas, bem como as obrigações específicas relativas à sensibilização da sociedade para a deficiência, a sua valorização e o combate aos estereótipos, levando-os a introduzir alterações no regime jurídico-normativo.

Com o objectivo de garantir eficazmente os direitos das pessoas com deficiência, é instituído um sistema de monitorização internacional da aplicação da Convenção, através da criação do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Nações Unidas, através do qual o indivíduo ou grupo de indivíduos poderão apresentar queixas individuais ao Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Os Estados envolvidos neste processo acreditam que a Convenção era necessária porque as pessoas com deficiência continuam a representar um dos mais marginalizados grupos da sociedade com direitos ignorados ou negados em muitos países do mundo.

Como Viver com uma Criança Hiperactiva

Comportamento, Diagnóstico, Tratamento, Ajuda Familiar e Escolar

Autores: Aquilino Polaino-Lorente e Cármen Ávila

Editora: Edições ASA

Ano: 2004

A hiperactividade é a perturbação do desenvolvimento mais frequente entre os nossos alunos, uma vez que mais de 100 000 crianças com menos de dez anos de idade são afectadas por esta problemática.

A partir de uma perspectiva evolutiva que vai desde os três anos de idade até à adolescência e assente na formação teórica e na experiência prática com alunos com défice de atenção e/ou hiperactividade, esta obra apresenta características do comportamento hiperactivo, estudos de caso, problemas que se colocam aos familiares e à escola. Assim, esta obra é uma grande ajuda para pais e professores que além do mais fornece formas simples de detectar os sintomas e sugere soluções práticas.



Interação Pedagógica e Indisciplina na Aula

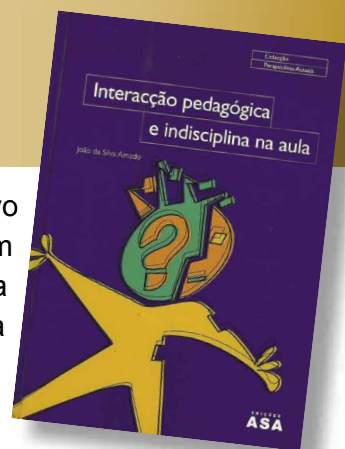
Autor: João da Silva Amado

Colecção: Perspectivas Actuais

Editora: Edições ASA

Ano: 2001

A indisciplina na aula é concebida como um fenómeno relacional e interactivo que, para ser plenamente compreendido, deve ser situado num contexto que tem por componentes principais os próprios indivíduos nele intervenientes (o aluno, a turma e o professor), a escola enquanto espaço físico e social, e a própria natureza das actividades escolares. Também deve ser considerada a própria natureza e dinâmica das interacções, pautadas por regras nem sempre desejadas, compreendidas e respeitadas, influenciadas por representações e expectativas mútuas, e concretizando-se em conflitos de poder, em “estratégias de sobrevivência” e em medidas de controlo e disciplinação.



Investigação em Educação Inclusiva (Volume I)

Fórum de Estudos de Educação Inclusiva

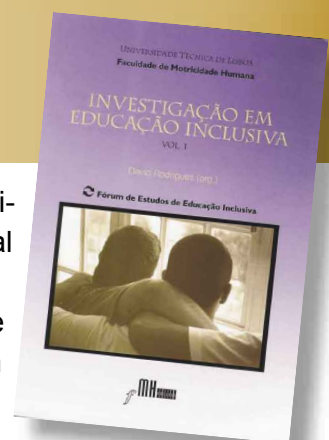
Organizador: David Rodrigues

Editora: Faculdade de Motricidade Humana Edições

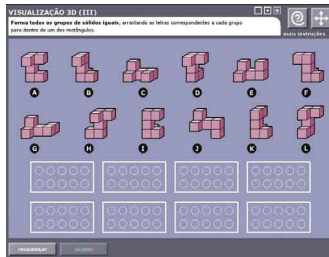
Ano: 2006

A investigação na área das Necessidade Educativas Especiais tem sido enriquecida com os Mestrados em Educação Especial, proporcionando à Educação Especial um lugar de pleno direito no âmbito das Ciências da Educação.

Assim, é de todo o interesse esta publicação que apresenta oito trabalhos de Mestrado que, para além de terem sido produzidos nos últimos 5 anos, têm em comum a temática da Educação Inclusiva. Presentemente, esta assume-se como uma nova concepção educativa, podendo ser investigada desde os aspectos mais gerais, tais como as políticas educativas, a história ou os factores sociológicos na escola até aos aspectos mais específicos, que incluem a gestão da sala de aula e a interacção professor-aluno.



ClicMat



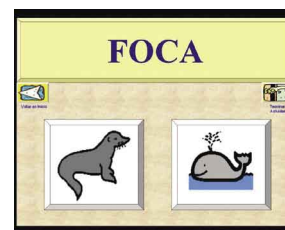
O ClicMat foi desenvolvido pela Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação a pensar em todos os alunos e professores do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. É constituído por 32 actividades interactivas de matemática concebidas de maneira a poderem ser utilizadas, tanto em situação de sala de aula como em pequeno grupo ou individualmente, de forma autónoma. As actividades do ClicMat dividem-se em problemas, actividades de investigação e jogos, cada uma com diferentes graus de dificuldade, classificadas em três níveis e

estabelecidas conforme os conhecimentos e as capacidades considerados necessários para a compreensão e concretização da tarefa.

ClicMat é um *software* livre que pode ser acedido no site http://www.dgicd.min-edu.pt/recursos_multimedia/recursos_cd.asp

Mundo das Letras

O Mundo das Letras pretende proporcionar uma abordagem apelativa à aprendizagem da leitura e da escrita a crianças dos 4 aos 8 anos. Este programa está dividido em seis actividades e possui um design que facilita a atenção e a concentração das crianças durante a realização das mesmas. As tarefas devem ser realizadas com alguma orientação, para que exista uma certa ajuda na aquisição de vocabulário e no desenvolvimento da literacia. Todavia este *software* não pode ser acedido por utentes que acedem ao computador através de um ou mais manípulos, pois não contempla uma aplicação de varrimento.



Comercialização: Anditec, Tecnologias de Reabilitação, Lda. - Alameda Roentgen, 9 C - 1600-757 Lisboa - Tel: 21 711 01 70 - Fax: 21 711 01 79
E-mail: anditec@mail.telepac.pt - Página Web: <http://www.anditec.pt>

English is fun with Little Bugs and Friends

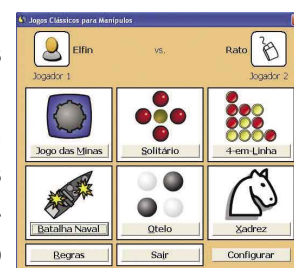


O *English is fun with Little Bugs and Friends* é um *software* livre desenvolvido pela Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação, que consiste num conjunto de actividades interactivas de iniciação à língua estrangeira, o inglês. Este *software* está dividido em quatro grandes áreas: vocabulário, canções, histórias e jogos, podendo ser acedido através de rato, *trackball* e ecrã táctil.

English is fun with Little Bugs and Friends é um *software* livre que pode ser acedido no site http://www.dgicd.min-edu.pt/recursos_multimedia/recursos_cd.asp

Jogos Clássicos para Manípulos

O *software* Jogos Clássicos para Manípulos compreende uma colecção de seis jogos, nomeadamente, Quatro-em-Linha, Jogo das Minas, Solitário, Batalha Naval, Othelo e Xadrez. Cada um destes jogos pode ser acedido através de manípulos. Sem necessitar de ajuda de terceiros, o utilizador pode escolher os jogos e alterar as suas configurações, possibilitando a interacção entre dois jogadores que acedem ao computador por diferentes periféricos. Concomitantemente, promove a aprendizagem e o treino das técnicas de varrimento de uma forma lúdica e divertida.



Comercialização: Anditec, Tecnologias de Reabilitação, Lda. - Alameda Roentgen, 9 C - 1600-757 Lisboa - Tel: 21 711 01 70 - Fax: 21 711 01 79
E-mail: anditec@mail.telepac.pt - Página Web: <http://www.anditec.pt>

Decorreu nos dias 11, 12, 14, 18, 19 e 21 de Junho, a acção de formação “**Artes Decorativas**”: Arte com meia de seda (5 horas), Fuxico (3 horas) e Fantoches (9 horas), dinamizada pela Professora Dina Silva. A formação teve lugar na sala de formação do Serviço Técnico Sócio-Educativo de Deficientes Profundos e contou com 45 participantes, entre técnicos profissionais e ajudantes de acção sócio-educativa.



Na cidade do Funchal, a Quinta Olinda apresenta-se como uma das poucas quintas tradicionais madeirenses preservadas e sobreviventes ao dinamismo urbanístico próprio de uma cidade em expansão. É composta por um prédio rústico e urbano, com cerca de 4900 m², na freguesia do Imaculado Coração de Maria, cujo património edificado primitivo remonta à primeira metade do século passado e era constituído por uma casa de 3 pisos, por uma estufa, que entretanto ruiu, e por culturas de vinha e bananeira, que ainda hoje subsistem parcialmente.

Entre os seus proprietários, releva a família Albuquerque, Constantino Agostinho Pereira, e posteriormente a Associação S. João de Deus, que a adquiriu com dinheiros dos extintos Instituto da Família e Assistência Social e da Junta Geral, com o fim de ser cedido ao Centro de Educação Especial da Madeira (CEEM), sendo que no projecto inicial, depois alterado, o CEEM para aqui transferiria o Internato da Ponta do Sol.

Actualmente é património da Região Autónoma da Madeira, funcionando como sede da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação e certamente um dos locais mais aprazíveis da administração pública regional autónoma, primando pela excelência da sua qualidade ambiental.

Quinta Olinda

Património tradicional madeirense

Das suas singularidades destaca-se a fachada da porta de acesso pedonal à Quinta, a qual, aliás, consta de colecção de postais ilustrados da Madeira, os seus relvados e jardins primorosamente cuidados e uma miríade de árvores de grande porte, impondo-se com sobranceira os abacateiros, magnólias, coralinas da Abissínia, marcâmias, aloendros e velhas patas de elefante e plantas dos dentes.



Nos seus terrenos agrícolas funciona uma exploração agropecuária, pelo que pequenas liturgias, outrora vivenciadas, mas já desaparecidas do nosso quotidiano, nesta Quinta ainda persistem: o gorjear dos pássaros, a rega, a apanha de fruta, a venda da uva, o cuidar do bananal pelos jovens formandos, enfim, a salutar entrega dos produtos da horta biológica no refeitório dos funcionários, a lembrar velhos tempos de integral aproveitamento dos recursos.



Jorge Spínola - Coordenador do Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos

Gabinete de Informação e Apoio ao Deficiente (GIAD)

Todos os cidadãos têm o direito de desfrutar de uma vida tão normal e plena quanto possível. Como os demais cidadãos, a pessoa portadora de deficiência tem o direito de participar activamente na vida social, política, económica e cultural da comunidade onde está inserida.

O direito à informação é um direito fundamental na sociedade do conhecimento e informação. O acesso a políticas de educação, reabilitação, assistência e aconselhamento só é possível mediante a informação e conhecimento destas.

Com o objectivo de melhor responder às necessidades específicas da pessoa portadora de deficiência, a Divisão de Apoio Social (DAS), em colaboração com os Técnicos Superiores de Serviço Social da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, elaborou o projecto do Gabinete de Informação e Apoio ao Deficiente (GIAD), de modo a cobrir uma lacuna existente a nível de um serviço de informação e aconselhamento dos mesmos.

Este projecto é, já há muito tempo, uma pretensão da DAS com o intuito de melhor responder às necessidades da população que atende, visto sentirmos uma grande necessidade de esclarecer dúvidas e prestar informação relevante.

O GIAD tem como competência principal prestar uma informação de qualidade, quanto aos apoios directos e/ou indirectos, direitos da pessoa com deficiência, a nível laboral, habitacional, segurança social e outros.

É também objectivo do GIAD servir de apoio aos técnicos de educação especial e reabilitação, escolas da região, população em geral e todos os que no seu dia-a-dia lidam com a problemática da deficiência nas suas diferentes dimensões.

Este Gabinete pretende ser uma mais-valia na prestação de um serviço de qualidade que facilite ao cidadão com deficiência e sua família a consulta, aconselhamento e integração social.

O GIAD tem como missão informar sobre os direitos e deveres da pessoa com deficiência, encaminhando-a para os organismos oficiais e particulares da RAM,

e tem como objectivos:

- Prestar apoio técnico personalizado aos cidadãos com deficiência e às suas famílias, aos técnicos de reabilitação, a todas as organizações e serviços da DREER que, directa ou indirectamente, intervêm no processo de reabilitação.
- Fomentar uma política institucional de aproximação e resposta às famílias da pessoa com deficiência.
- Promover a mudança de comportamentos e atitudes.
- Promover a melhoria das condições de vida.
- Melhorar o acesso à informação.
- Dar pareceres quando solicitado.

O GIAD encontra-se ainda em fase de projecto e irá funcionar nas instalações da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, com sede na Rua D. João, n.º 57, Funchal, com dependências locais em Instituições, Centros de Apoio Psicopedagógico e Centros de Actividades Ocupacionais.

Este é um projecto que envolverá todos os Técnicos Superiores de Serviço Social desta Direcção.

De forma a dar conhecimento deste serviço de uma forma eficaz foi criado um boletim informativo de divulgação, que aquando do início do seu funcionamento será distribuído nos vários organismos públicos e privados, serviços da DREER, escolas da Comunidade e outros organismos da Região Autónoma da Madeira.

Com o projecto do Gabinete de Informação e Apoio ao Deficiente procura-se adoptar uma atitude de promoção e reabilitação da pessoa com deficiência, para que alcance a plena realização das suas potencialidades, como pessoa e como cidadão de pleno direito.

Gabinete de Informação e Apoio ao Deficiente - GIAD

Dias úteis: **10h00 - 12h30 e 14h00 - 17h00**

Linha Directa: **291 705 860**

E-mail: **das.dreer@madeira-edu.pt**

Carmo Melim - *Chefe da Divisão de Apoio Social*



O STEDA: Breve abordagem à LGP

O Serviço Técnico de Educação de Deficientes

Auditivos (STEDA), também conhecido por Instituto de Surdos, é uma instituição dependente da Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DRE-ER) que se dedica ao ensino e educação de crianças, jovens e adultos surdos, alguns deles com outros problemas associados. A maior parte dos seus alunos frequenta a instituição a tempo inteiro, outros, porém, encontram-se a frequentar em regime de integração o 1.º, 2.º, 3.º ciclos do Ensino Básico e Secundário. Recebem apoio de docentes especializados na área da deficiência auditiva, quer seja na própria escola de integração, quer seja na instituição. À exceção dos alunos do secundário, por impossibilidade de conjugação de horários, todos os alunos frequentam, para além das curriculares, aulas de Língua Gestual Portuguesa (LGP).

A importância da LGP advém, em parte, de que a linguagem daria ao homem uma condição humana, assim, sem ela o surdo era considerado “não humano, um ser incapaz”. Durante muitos anos os surdos estiveram votados ao abandono. Até que entre 1501 e 1570, o médico Gardamo defendeu que o surdo poderia aprender a ler e a escrever sem falar e iniciou a Educação de Surdos, na Europa.

Na segunda metade do séc. XVIII surge em França o maior promotor da Educação de Surdos da Época: o *Abade de L'Épée*. Ele acreditava que aprendendo os gestos, poderia ensinar aos alunos surdos a língua francesa escrita. No seu método, considerava a Língua Gestual, a língua materna dos surdos. A partir daí muitas escolas foram criadas e os surdos tiveram então oportunidade de se profissionalizar, tornando-se sujeitos participantes dessa época.

Em 1817 foi fundada nos Estados Unidos, por To-

mas Gallaudet uma escola permanente para surdos, e mais tarde a primeira Universidade.

Durante muito tempo a Educação de Surdos ficou restrita à língua oral. Os resultados foram desastrosos. Esta situação gerou défices ao nível do desenvolvimento de todo um potencial humano de gerações de pessoas surdas, quer no que se refere ao desenvolvimento psicológico, com consequências ainda evidentes ao nível da organização do pensamento, da linguagem e da inteligência, quer a nível social, a par de um isolamento linguístico, social e cultural destes cidadãos.

Entre a criação de várias Escolas para Surdos em Portugal, surge em 1965 o Instituto de Surdos do Funchal, por iniciativa da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

Somente no séc. XX, na década de 1960, um olhar sobre os surdos começou a deslocar-se da normatização da medicina para estudos etnográficos. Alguns linguistas, ao abordarem o rendimento escolar de alunos surdos, filhos de pais surdos, fluentes em língua de gestos, verificaram que estes apresentavam melhores desempenhos que os surdos, filhos de pais ouvintes, o que proporcionou uma valorização da Língua Gestual, que é considerada a Língua Materna do surdo, criada pela necessidade de estabelecer contacto com os seus pares. Hoje, a Língua Gestual é considerada



como o único meio efectivo de comunicação entre os surdos, possibilitando-lhes desenvolverem-se linguístico-cognitivamente. É uma língua plena e como tal deve ser pensada.

O Parlamento Europeu, através do seu documento AZ-302/87 faz apelo aos Estados Membros para que reconheçam as línguas gestuais e que cada uma delas passe a fazer parte integrante da Educação de Surdos.

Na 4ª revisão da Constituição da República Portuguesa, em Setembro de 1997, na sequência de orientações emanadas por várias organizações internacionais foi estabelecido o reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa, sendo o Despacho n.º 7520/98, de 6 de Maio, um passo importante para a educação bilingue e bicultural em Portugal.

Ainda hoje existem diferentes abordagens sobre a problemática da surdez, do que é ser surdo, da insatisfação de compreender parte de uma conversa apenas, de sentir um vazio dentro de si, da insegurança que se gere em seu redor.

Para colmatar estas lacunas, os surdos precisam de aprender o mais precocemente possível a sua língua, quer junto de outros surdos, onde irão desenvolver a sua língua materna, quer junto da família, quer na escola e na comunidade.

Viver como surdo não é sobreviver à surdez, é pertencer a um grupo com uma História, com uma língua própria e cujas manifestações artísticas e culturais enriquecem toda a comunidade. É viver pela positiva a diferença a que todos nos temos direito individualmente.

Nesta perspectiva os surdos constituem uma minoria linguística e cultural, como um grupo social que procura superar o seu problema de comunicação, criando e utilizando uma língua própria, uma língua visual, a Língua Gestual.

Assim sendo, o STEDA dispõe de duas formadoras a tempo inteiro que proporcionam aos seus alunos, em média, 3 horas semanais de formação em LGP. Para além destes, uma das formadoras apoia ainda alguns alunos deficientes auditivos que frequentam o Centro de Apoio Psicopedagógico de Machico e o Centro de Apoio Psicopedagógico de Santa Cruz.

Desde o ano de 2003 que o STEDA promove cursos de LGP. Este ano lectivo funcionam dois cursos

semanais de LGP em horário pós-laboral, (às segundas-feiras e terças-feiras, das 18h00 às 19h00) para pais, encarregados de educação, professores do ensino regular, funcionários da Instituição, outros profissionais que lidam com crianças com surdez ou problemas de comunicação e ainda outros familiares e amigos de crianças surdas.



O Instituto de Surdos do Funchal pretende chamar a atenção para a importância que a Língua Gestual tem na educação da pessoa surda, nas várias vertentes: emocional, cognitiva e social. Desde 2002, ano em que veio a primeira formadora, que se tem procurado incentivar a aprendizagem desta língua – a Língua Gestual Portuguesa que tem o seu “apogeu” no dia 6 de Dezembro, dia Mundial da LGP.

E para terminar meditemos no poema seguinte, extraído do livro *O grito da Gaivota*:

*A gaivota cresceu e voa com as próprias asas.
Os meus olhos são os meus ouvidos
Tanto escrevo como falo por gestos
As minhas mãos são Bilingues
Ofereço-vos a minha diferença
O meu coração não está Surdo e nada neste mundo é duplo.*

Fernanda Gouveia - Directora do Serviço Técnico de Educação de Deficientes Auditivos

I Curso de Iniciação à Língua Gestual Portuguesa na Junta de Freguesia de Machico



Iniciou-se no dia 9 de Fevereiro de 2007, nas instalações da Junta de Freguesia de Machico, o “I Curso de Iniciação à Língua Gestual Portuguesa” em parceria com a Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação. O curso decorre às sextas-feiras, das 16h30 às 17h30, e foi aberto à comunidade em geral.

Recordo que a Língua Gestual Portuguesa (LGP) é uma língua com cerca de 200 anos, utilizada por pessoas surdas entre si e por ouvintes que com elas comuniquem. É a língua natural da Comunidade Surda e está consagrada como tal na Constituição da República desde 20/09/1997 no artigo 74.º (Ensino) alínea h) – proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades.

É uma língua visuo-gestual, produzida através de gestos, expressão facial e corporal e compreendida através da visão. A LGP é uma língua como qualquer outra, com uma estrutura gramatical complexa e uma forte componente cultural enraizada na Comunidade Surda.

Este curso foi despoletado pela constatação, por parte do executivo da Junta, da necessidade de mais pessoas, sejam professores, médicos, enfermeiros, agentes de segurança pública ou mesmo simples cidadãos, adquirirem conhecimentos e poderem minimizar a exclusão dos cidadãos que têm dificuldades de comunicação.



Dra. Fernanda Gouveia na apresentação do I Curso de Língua Gestual Portuguesa.

Na Freguesia de Machico não existe, que tenhamos conhecimento, uma quantificação do número de pessoas com esta deficiência, mas todos nós já tivemos uma experiência de alguém, com dificuldades de comunicação, a solicitar informações e termos ficado embaraçados em prestar o esclarecimento com a maior clareza possível. Daqui emanaram os nossos propósitos que passam, de um modo geral, pelo desenvolvimento de competências de comunicação em LGP, adquirir competências linguísticas, alcançar uma postura correcta para a comunicação no quotidiano com deficientes auditivos e falantes de Língua Gestual Portuguesa, melhorar a comunicação entre surdos e ouvintes, eliminar barreiras sociais e na obtenção de alguns conhecimentos sobre a comunidade surda e a sua cultura.

A metodologia do curso conta com uma forte componente prática em que os alunos têm oportunidade de estudar a LGP em secções fundamentais para uma primeira abordagem da LGP, bem como estabelecer um paralelo com a Língua Portuguesa e detectar diferenças a nível sintáctico e semântico. Pretende-se ainda analisar o estatuto do deficiente auditivo e as dificuldades que este possui nos diferentes níveis da sua vida e estabelecer soluções para estas mesmas dificuldades.

Organizado o curso e efectuadas as diligências necessárias junto da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, na pessoa da Dra. Fernanda Gouveia, que com alguma dificuldade encontrou um horário compatível entre as partes interessadas e as formadoras, Fernanda Reis e Márcia Henriques. Era a primeira vez que uma entidade fora deste organismo procedia a tal desiderato.

Feita a divulgação e abertas as inscrições, a surpresa não podia ter sido maior: o número de inscritos atingiu a centena de candidatos, para somente vinte vagas inicialmente abertas – duas turmas de dez alunos cada uma – que acabou por ser alargado para dezasseis alunos em cada turma. Os candidatos são

oriundos de vários pontos da ilha e das áreas profissionais mais díspares: agente da Polícia de Segurança Pública, agentes da Guarda Nacional Republicana, Professores, Educadores de Infância ou simples cidadãos a quem o problema da comunicação tocou de algum modo no seu dia-a-dia.

A iniciativa é um enorme sucesso e enche-nos a todos de orgulho não só pela adesão e entusiasmo verificado, mas principalmente, porque neste ano ao assinalarmos o Ano Europeu da Igualdade de Oportu-

nidades para Todos, contribuimos de uma forma ímpar na sensibilização da população para os benefícios de uma sociedade justa e coesa.

Para terminar, é de referir que no final do curso é atribuído um certificado a todos os formandos.

Emanuel Ricardo Sousa - *Presidente da Junta de Freguesia de Machico*

“Igualdade de Oportunidades: Acessibilidade, Comunicação e Tecnologias de Apoio”

No dia 15 de Maio, por convite dos docentes especializados do CAP Calheta, a equipa da DANTIC deslocou-se à Escola Básica e Secundária da Calheta, com o objectivo de realizar uma Acção de Sensibilização sob o tema: “Igualdade de Oportunidades: Acessibilidade, Comunicação e Tecnologias de Apoio”. A sensibilização realizou-se durante a manhã, para quatro turmas de 7.º e 8.º ano, em dois grupos, num total de 90 jovens e respectivos professores.

Esta acção contou com duas partes distintas: uma apresentação dinâmica realizada em *PowerPoint*, com recurso a um vídeo e a observação e experimentação de tecnologias de apoio. Deste modo, os alunos puderam experimentar vários tipos de software, como o “Letras e Palavras”, “De 1 a 100”, “Aventuras 2”, “GRID”, entre outros, na área da deficiência cognitiva ou neuromotora. Relativamente ao hardware, foram utilizados diversos tipos de periféricos: switch, teclado de conceitos, rato adaptado, joystick e outros materiais. Na área da cegueira e da baixa visão, os estudantes tiveram oportunidade de manusear telelupas portáteis, sintetizadores de voz, assim como conhecer o alfabeto

braille. No *workshop*, os jovens puderam experimentar variadas ajudas técnicas, isto é, instrumentos que podem facilitar a realização de tarefas da vida diária, contribuindo para uma maior autonomia pessoal e social de pessoas com deficiências ou incapacidades.

Por exemplo, na área da alimentação foram apresentados talheres e copos adaptados; na área da higiene, doseador de pasta de dentes e auxiliares de banho; na área de vestuário, adaptador calça meias e gancho para botões; na área da escrita, apoio de braços e adaptadores para escrita e na área da comunicação, digitalizador da fala e livro de comunicação. Importa referir que existiu a preocupação de salientar o facto de que estas ajudas técnicas/tecnologias de apoio são úteis, não só para pessoas com deficiências mas também necessárias a todos os que apresentem alguma incapacidade permanente ou pontual.

Em suma, para que a igualdade de oportunidades seja uma realidade num futuro próximo, os jovens foram alertados para a importância de ultrapassar as barreiras que ainda hoje se fazem sentir ao nível das acessibilidades, no que se refere ao acesso ao espaço físico, às tecnologias de apoio, à comunicação, às TIC's e, principalmente, para a necessidade de mudança de atitudes por parte da sociedade em relação às pessoas com deficiências ou incapacidade.



Exposição “Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos - 2007”



2007 – Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos



A Exposição “Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos - 2007” esteve em exibição desde 16 de Março a 30 de Abril, na Direcção Regional de Juventude com o objectivo de sensibilizar os visitantes para a temática da igualdade de oportunidades e da não discriminação.

Esta exposição esteve integrada nas comemorações do ano 2007 como Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos e, como tal, incluída no plano de acção da Comissão Regional para o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos, sediada na Direcção Regional do Trabalho e composta por elementos da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, da Secretaria Regional de Educação e da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. Assim, na abertura da exposição esteve presente o Sr. Secretário dos Recursos Humanos e diversos Directores Regionais desta Secretaria, juntamente com membros da comissão representantes da Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Sociais.

Tendo em conta o seu enquadramento, esta iniciativa pretendeu, não só chamar a atenção para as diferentes discriminações, nomeadamente, de género, racial, etária, religiosa, por deficiência e por orientação sexual, como também para as formas de as superar,

recorrendo à exposição de objectos que as representassem, à afixação de cartazes, estudos e outra documentação com definições de conceitos e com o percurso histórico para melhor esclarecer o público.

Em relação à discriminação religiosa e como afirmou o Dr. Luís Marçal Castro da Direcção Regional de Juventude “fizemos um esforço para representar as religiões e as correntes religiosas do mundo, infelizmente falta um símbolo do judaísmo e do hinduísmo que não conseguimos encontrar (...). No entanto temos aqui representado o cristianismo na sua vertente católica, ortodoxa e protestante, como também, o budismo, confucionismo e o islamismo com um exemplar do Corão em exposição”. Para representar a discriminação por orientação sexual destaca-se duas bibliografias de escritores homossexuais Yukio Mishima e Oscar Wilde e na discriminação por deficiência, o trabalho meritório reconhecido internacionalmente que é do “Grupo Dançando com a Diferença” da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação.

Salienta-se também a discriminação racial em que “foi feito um esforço para conseguir objectos que retratassem as diversas culturas raciais e étnicas que representam a beleza da diversidade e a riqueza da humanidade devido à heterogeneidade daqueles que a compõe”.

Outro tópico focado nesta exposição foi a educação como forma de reduzir e mesmo superar a dis-



criminação, sendo um factor que pode contribuir para a igualdade de oportunidades. Esta foi apresentada através de um simbolismo de objectos que representam a educação, tais como tinteiros antigos, livros da escola primária do início do século XX, e através de uma referência muito importante à Dra. Henriqueta Gabriela de Sousa que foi a primeira médica formada na Escola Médico-Cirúrgica da Madeira (situada no Edifício do Governo Regional da Avenida Zarco). Na opinião do Dr. Luís Marçal Castro “quisemos destacar a educação e o emprego como duas formas complementares de combate à discriminação e de fomento da igualdade de oportunidades. Esta remete-nos sempre para a questão da educação e do emprego, uma vez que o acesso à educação minimiza a discriminação no mundo do trabalho, e assim sucessivamente”, ou seja, o acesso à educação contribui para dissipar mecanismos de segregação social, promovendo uma maior igualdade social na aquisição de condições de bem-estar social, de uma maior tolerância às diferenças sociais e raciais e, simultaneamente, geradores de sentimentos de maior segurança e abertura ao diferente/desconhecido.

Nesta exposição a tecnologia foi também abordada como outra forma de minimizar ou superar algumas discriminações. Como sucede com a discriminação por deficiência onde se apresentou uma máquina de escrever Braille, um brinquedo adaptado a switch e restante

documentação acerca das Tecnologias de Apoio cedidos pela Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação.

Segundo Dr. Luís Marçal Castro uma das dificuldades sentidas foi “em encontrar objectos que tivessem relacionados com esses mesmos pontos, foi preciso recorrer à imaginação. Contudo acho que conseguimos passar a mensagem essencialmente com a ajuda e colaboração de diversas pessoas, instituições e de

coleccionadores particulares que cedo se prontificaram em colaborar e com quem podemos sempre contar”.

É de realçar a afixação de um estudo sobre a igualdade de géneros no emprego na Região Autónoma da Madeira realizado pela Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego que foi publicado no ano passado pelo Jornal da Madeira e que permite analisar as especificidades da região.

Em retrospectiva, a divulgação e cobertura da comunicação social foram muito positivas, acabando por trazer um público muito diversificado. Apesar destas “exposições estarem vocacionadas para jovens, uma

vez que são essencialmente jovens os que usufruem dos nossos serviços, acabando por dar sempre uma vista de olhos nas nossas exposições (...). Tivemos também turmas escolares que vieram visitar a exposição, no entanto a exposição não se cingiu apenas a um público

jovem, tivemos também pessoas mais velhas que também nos visitaram (...). E aos poucos e poucos fizemos com que a mensagem passasse, tendo ido ao encontro das nossas expectativas”. Destaca-se que ao longo do ano estão previstas outras exposições e outras iniciativas que dêem ênfase ao Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos.



2.º ANIVERSÁRIO DO CAO TABUA

O dia 11 de Abril é um dia muito importante para as pessoas que trabalham e frequentam o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) Tabua. Finalizados estes dois anos de intervenção, pensamos que seria importante comemorar este segundo aniversário com uma pequena demonstração do trabalho desenvolvido no serviço. Naturalmente que foi difícil resumir num só dia o vasto trabalho e actividades que têm sido desenvolvidas.

Para celebrar este acontecimento, iniciámos com uma dança de sombras chinesas, onde tentámos através dos gestos demonstrar a união e amizade entre os utentes e a equipa multidisciplinar do CAO Tabua. Na dança contámos com a preciosa colaboração de três utentes (Natalina Abilheiro, Nelson Santos e Daniel Serra) e da técnica Susana Brito, acabando por se tornar muito emotiva.

Seguidamente, foi apresentado um vídeo que de um modo geral, mostrou à comunidade um pouco de nós, e do que fizemos nestes dois anos, de forma a proporcionar uma melhoria da qualidade de vida destes jovens.

Foram dados a conhecer os objectivos de um Centro com este cariz, bem como as pessoas que lá trabalham e, por fim, retrataram-se as actividades desenvolvidas no decorrer destes dois anos, actividades estas que passaram por encontros lúdico-desportivos com outras instituições, participação em cortejos de Carnaval, Santos Populares, realização de feiras, colónias e passeios temáticos, isto é, todo um conjunto de actividades que permitiram um maior envolvimento com a sociedade.



A celebração deste momento não estaria completa se não fosse efectuada uma sensibilização sobre a diferença à comunidade na qual estamos inseridos. O tema escolhido foi “Como lidar com a diferença”, que tinha como intenção referir o trabalho das pessoas que lidam diariamente com utentes portadores de deficiência, englobando não só os técnicos e professores que nos Centros de Actividades Ocupacionais, mas também as suas famílias, de modo a responsabilizá-las e a incluí-las o mais possível no desenvolvimento dos seus filhos.

Deste modo, a sensibilização deu ainda a oportunidade de abordar questões relacionadas com a deficiência, os seus meandros e os problemas que acarreta, bem como a aprender a lidar e a abordar as pessoas com diversos tipos de deficiências.

O trabalhar com jovens e adultos com deficiência exige de nós uma adaptação constante, por isso, agradecemos o leque de aprendizagens e de vivências que os nossos utentes nos possibilitaram, pois aprendemos diariamente com os utentes e sentimos que realizamos um trabalho muito rico ao nível da partilha e de testemunhos tão valiosos não só para nós, mas essencialmente pelo contributo que dão à nossa formação enquanto pessoas. É o amor e dedicação que se vê em cada pessoa ligada a este tipo de instituições, que faz com que tenhamos também vontade de participar e de fazer crescer algo que, embora não sendo nossa, sentimo-la como tal.

Todas as angústias por que passam as pessoas com deficiência são batalhas que temos de enfrentar, lutando para que chegue o momento em que esta questão seja encarada pelo poder político com o valor e respeito que lhe é devido.

Naturalmente, não podemos descurar o facto de que esta não deixa de ser uma questão ambígua, dado que o poder estatal não tem capacidade para subsidiar as inúmeras instituições que todos os anos nascem no nosso país e de criar legislação adequada que aporte às necessidades especiais e a todos os envolvidos algumas garantias para o futuro. No entanto, acreditamos que todos os esforços estão a ser feitos para que se encontre eventualmente uma solução neste sen-



tido. Muito inquietante e sentida por todos os cidadãos adultos com deficiência que convivemos ao longo destes anos, é o facto de não conseguirem perspectivar o seu futuro um dia

em que a sua família faltar.

Estas foram as preocupações colocadas nos relatos feitos por três utentes do CAO Tabua (Dário Martins, Nelson Santos e Sónia Pestana) na sensibilização “Como lidar com a diferença”, a quem expressamos um enorme agradecimento pelos seus preciosos testemunhos, pois sabemos o manancial de experiências porque passam diariamente e admitimos que por mais iniciativas que se tomem, por mais batalhas que se travem a deficiência é, sem dúvida, uma questão complicada por todos os problemas do foro psicológico e cognitivo que acarreta.

Tornou-se muito gratificante trabalhar e discutir opiniões, avaliar situações e elaborar todas as reflexões, juntamente com estas pessoas, que com a sua enorme capacidade de luta, mostraram que nunca desistiram apesar das adversidades da vida.

Fazer parte integrante do Centro de Actividades Ocupacionais da Tabua torna-se aliciante, na medida em que podemos contribuir de forma activa no desenvolvimento e crescimento de um espaço com este cariz.

*Não ande à minha frente
Eu posso não o seguir
Não ande atrás de mim
Eu posso não saber onde ir
Ande ao meu lado e seja
Meu Amigo*

(Albert Murphy)

Nuno Alves - Coordenador do CAO Tabua
Sara Pinto - Psicóloga do CAO Tabua



EB1/PE do Campanário ganha o 1.º Prémio Regional e Nacional do Concurso “Escola Alerta 2006/2007”

A EB1/PE do Campanário foi distinguida no dia 5 de Junho, em Matosinhos, com o 1.º prémio do 4.º Concurso Nacional “Escola Alerta 2006/2007” promovido pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, que integrou as escolas do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico de todo o País.

O trabalho vencedor foi realizado pelos alunos do 4.º ano, com a finalidade de detectar as barreiras urbanísticas, arquitectónicas, de comunicação e sociais, existentes no meio envolvente desta escola, situada nas proximidades da igreja local. Depois deste inven-

tário os alunos criaram propostas de solução e enviaram-nas a várias entidades da comunidade local.

A excelência deste trabalho foi distinguida na região e, posteriormente, a nível nacional com o 1.º prémio.

É de realçar que na Região participaram no concurso “Escola Alerta 2006/2007” as escolas: EB1/PE Cruz Carvalho, Escola Profissional Agentes de Serviço e Apoio Social (ASAS), EB1/PE da Boaventura, EB1/PE da Ponta do Sol, EB1/PE do Caniçal, EB2/3 de Santa Cruz e a EB2/3 da Ribeira Brava que ficou em segundo lugar a nível regional.

O Desporto constitui um contributo para o desenvolvimento pessoal e social, através da oferta de actividades competitivas e de ocupações recreativas, estimulando o esforço permanente para melhorar o desempenho dos praticantes.

É considerado Desporto qualquer forma de actividade física que, através de uma participação organizada ou não, tem por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica e o desenvolvimento ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.

A Actividade Física e a Prática Desportiva, por parte das pessoas com deficiência, tem em vista a sua plena integração e participação social, em igualdade de oportunidades com os demais. A prática desportiva é, sem dúvida, um veículo para a inclusão social. O Desporto, aliado à Educação Especial é um componente essencial.

No arquivo histórico da Educação Especial na Madeira, as imagens de actividades desportivas, são desde os primórdios, uma realidade que se constata. Quer nas suas formas mais recreativas, quer nas aulas de Educação Física, quer como terapia, até à Alta Competição, o Desporto Adaptado ou o Desporto para Deficientes na Região, tem sido um fenómeno de grande importância para toda a comunidade. Muitos valores e glórias têm-se destacado, quer a nível nacional, bem como a nível internacional. Como prova do referido, foi apresentado um pequeno filme no Centro das Artes, Casa das Mudanças por ocasião da Cerimónia de Abertura Oficial dos Jogos.

O evento anual denominado de Jogos Especiais, já na sua XV Edição, neste Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades, pretendeu enfatizar a importância e a aposta que a DREER tem atribuído ao Desporto para as populações especiais.

Este ano a Divisão de Actividade Motora Adaptada contou com cerca de 900 atletas inscritos, das instituições da DREER, do Centro de Reabilitação Psicopedagógico da Sagrada Família e das Casas de Saúde São João de Deus e Câmara Pestana. Esta foi uma sema-

2007
Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades
para Todos

XV DREER-DAMA JOGOS ESPECIAIS

na recheada de actividades competitivas e recreativas, tais como Atletismo, Boccia, Futebol, Futsal, Goalball, Natação, e ainda,

demonstração de Basquetebol Adaptado e de Voleibol Sentado. Mas sobretudo de muito convívio, apesar de terem sido canceladas as Actividades Radicais, o Circuito Aquático e os Circuitos de Actividades Motoras Básicas, motivadas por condições climatéricas.

A apadrinhar os XV Jogos Especiais contámos com o Presidente do Clube Desportivo “Os Especiais”, Dr. Duarte Sousa que, foi uma das pedras basilares do desporto para Deficientes na RAM e tem proporcionado, com muito trabalho o lançamento dos atletas regionais a nível internacional.

Será oportuno salientar a importantíssima colaboração que a Divisão de Arte e Criatividade deu, como vem sendo habitual, a este desiderato. Temos conseguido uma sinergia de esforços, que procuram não só otimizar os recursos humanos e materiais, mas sobretudo contextualizar os trabalhos das duas divisões, no que concerne a cada ano de Jogos Especiais. Os grandes momentos protocolares, Cerimónias de Abertura e de Encerramento, são os marcos desta simbiose.

O sucesso deste evento contou com a colaboração de todos os colaboradores da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação. Convém salientar





que, foram muitas as colaborações exteriores à DREER, algumas entidades privadas quiseram contribuir também para a “nossa festa”.

Agradecemos aos seguintes Patrocinadores:

Monte Pico (Restaurante Alto Monte) / LesteConta, Nunes & Caldeira, Contabilidade e Fiscalidade, Lda. / Cabo TV Madeirense / Graça Reis Florista / Emproasso / Manuel Carolo & Irmão – Pinturas Lda. / Conserpinta / Madeira Cash – Comércio de Produtos Alimentares e Flores da Madeira S.A. / José Humberto Gomes Camacho

Ana Lúcia Freitas - Chefe da Divisão de Actividade Motora Adaptada

25 DE JUNHO
10 DE JULHO
3 DE OUTUBRO

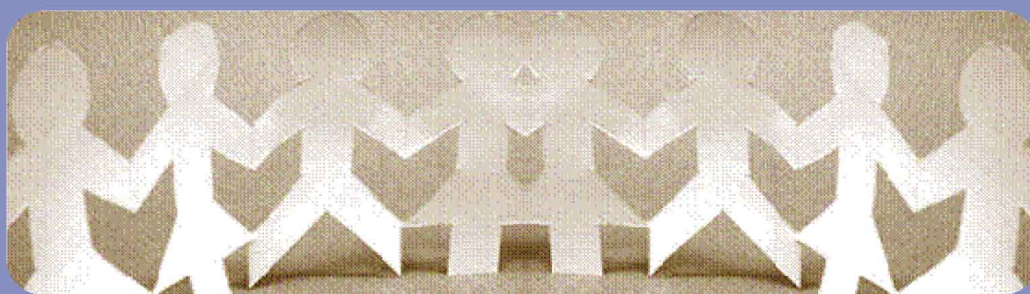
PONTA DO SOL
CÂMARA DE LOBOS
MACHICO

AS PRÓXIMAS CONFERÊNCIAS ESTÃO
AGENDADAS PARA:

29 DE OUTUBRO - SÃO VICENTE
6 DE NOVEMBRO - PORTO SANTO
7 DE DEZEMBRO - FUNCHAL

CICLO DE CONFERÊNCIAS

O DIREITO À DIVERSIDADE NA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES



DESTINATÁRIOS:

DOCENTES, FAMÍLIAS E OUTROS ACTORES EDUCATIVOS

ORGANIZAÇÃO:



SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO



DIRECÇÃO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E REABILITAÇÃO



DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE
FORMAÇÃO E ADAPTAÇÕES TECNOLÓGICAS

INICIATIVA NO ÂMBITO DO

ANO EUROPEU DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODOS



2007 - Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos